

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

LUCIANO EURÍPEDES MORAIS

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA E ÊXODO RURAL EM UBERLÂNDIA (1970-1980)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – 2002

I

DIA

1687

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA - COHIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

LUCIANO EURÍPEDES MORAIS

**MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA,
MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA E ÊXODO
RURAL EM UBERLÂNDIA (1970-1980)**

Monografia apresentada sob orientação do prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel, no Instituto de História/TNHIS da Universidade Federal de Uberlândia.

UBERLÂNDIA – 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LUCIANO EURÍPEDES MORAIS

**Modernização da Agricultura, Mecanização Agrícola Êxodo Rural em
Uberlândia (1970-1980)**

Monografia aprovada em ____/____/____ para obtenção do título de Bacharel em História.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Profª. Ms. Gizelda C. da Silva Simonini

Prof. Henrique Carvalho Lobato

INHIS/Uberlândia

Dedico este trabalho
à memória de meu Pai
e à mulher que eu mais amo
neste mundo,
minha Mãe,
paradigma ético
e moral insubstituível
no meu Universo.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, antes de mais nada, reconhecer que não conseguimos caminhar sozinhos em nossa vida e perceber que ao longo do percurso, na trajetória que definimos rumo aos nossos objetivos, encontramos algumas pessoas que nos ajudam a prosseguir, fornecendo arrimos inefáveis que possibilitam a continuidade da nossa jornada. Sendo assim, faz-se extremamente necessário, olharmos ao nosso entorno e manifestarmos a nossa indelével gratidão a essas pessoas que nos são tão imprescindíveis.

São muitas as pessoas que me apoiaram e exerceram alguma influência na composição deste trabalho, assumindo dessa forma a inestimável função de co-autores, aos quais apresento agora minhas sinceras congratulações.

Primeiramente gostaria de agradecer minha família e, em especial, à minha mãe pelo apoio, credibilidade e carinho prodigamente oferecidos ao longo da minha existência, ao meu irmão, minhas irmãs, meus sobrinhos, minha cunhada e meus cunhados pelo apoio e incentivo disponibilizados de várias formas durante o nosso convívio.

Agradeço sinceramente ao Professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto pela atenção, dedicação, presteza e paciência com as quais me orientou durante a elaboração desse trabalho e por aceitar compartilhar comigo a responsabilidade de concluir este estudo. Também, gostaria de agradecer à Professora Gizelda Simonini e ao Professor Henrique Lobato por terem aceitado apreciar e avaliar este trabalho.

Aos meus amigos e amigas que participaram de forma efetiva e especial da minha vida, compartilhando êxitos e decepções, fornecendo-me a motivação necessária para acreditar e continuar. Dentre os/as quais gostaria de enfatizar alguns/algumas mais constantes: Mércia, a quem eu costumo definir como a personificação do requinte, uma pessoa linda, demasiadamente compreensiva, prestativa e admirável; Josué um cara fantástico que sempre consegue ver o lado bom das coisas, com seu otimismo ilimitado; Adonile, referencial de erudição, uma pessoa incrível que a cada momento nos revitaliza a auto-estima com sua presença lúcida e alegre; Ianni, exemplo de dedicação e companheirismo; Ronaldo, pessoa

prestativa e compreensiva; João Batista, referencial de apoio e amizade ao longo do curso; Edilson, companheiro batalhador; Hélia, pessoa meiga e atenciosa; Kênia; Kaita; Tânia; Rejane; Suely; Elcione; Edrailson; Dione; Ailton; Manuel; Fernando, que testemunharam os desafios impostos ao longo do curso.

Agradeço ainda, a todos os membros da turma do primeiro semestre de 1997, condiscípulos da etapa inicial. A todos os meus amigos do Distrito de Martinésia que sempre me incentivaram constituindo um sólido arrimo nas agruras do percurso. Peço minhas sinceras desculpas às pessoas que olvidei no decorrer destes singelas linhas.

A todos, os meus legítimos agradecimentos, o meu reconhecimento e minha incomensurável gratidão. MUITÍSSIMO OBRIGADO.

A sociedade brasileira atual conhece o setor agrário mais pelas imagens que aparecem na televisão, ecos da marcha dos Sem-Terra ou queimadas da Amazônia, do que pelo contato com a terra ou vivência do ambiente rural e, muito menos, por sua participação direta na produção agrícola. A realidade dos anos 90 é urbana. Valores, referenciais, expectativas. Tudo remete à cidade. As novas gerações crescem em ambientes artificiais marcados pela escola, pelos programas de TV ou passeios aos *shoppings*, circulando no asfalto, "montadas" em carros e aspirando o ar carregado do desenvolvimento industrial.

José Jobson de Andrade Arruda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 - TRANSFORMAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO	12
1.1 - A Modernização da Agricultura Brasileira e suas Ressonâncias (1950-1980)	12
1.2 – Alguns Índícios da Transformação na Agricultura Nacional	14
1.3 – A Relação entre o Processo Modernizador e a Estrutura Fundiária Brasileira	19
1.4 – Modernização, Desenvolvimento e Desemprego no Meio Rural	23
2 - ASCENSÃO TECNOLÓGICA E TRANSFORMAÇÃO NA AGRICULTURA	27
2.1 – Características da Inserção Tecnológica na Agricultura Brasileira	27
2.2 – Industrialização do Campo e Modernização das Atividades Rurais	29
2.3 – As Metas Estatais do Desenvolvimento Agrícola	32
2.4 – Influências da Estrutura Agrária e do Crédito Rural no Processo de Modernização do Agro-nacional	37
3 - MUDANÇAS NO CONTEXTO AGRÍCOLA E ÊXODO RURAL EM UBERLÂNDIA (1970-1980)	47
3.1 – Incentivos à implementação da modernização agrícola em Uberlândia	47
3.2 – Mecanização das práticas agrícolas e o êxodo rural no município de Uberlândia/ 1970-1980	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
FONTES	74
ANEXO	75

INTRODUÇÃO

O Brasil foi palco recentemente, de uma profunda transformação que redirecionou imensamente a dinâmica social forjada no interior da sociedade. Ainda nos primórdios da segunda metade do século XX, mais precisamente nos anos 60, o país era predominantemente rural, a economia brasileira sustentava-se através de alicerces consolidados pela produção agrícola destinada ao comércio internacional e o setor rural desfrutava de relativo poder econômico e prestígio social e político. A partir dos anos 70 esse cenário começou a sofrer impetuosas mudanças, o advento industrialista e a urbanização acelerada, legitimados pelo projeto de modernização nacional, promoveram uma verdadeira metamorfose na estrutura social brasileira. Em pouco tempo uma sociedade eminentemente rural dissipa-se quase que por inteiro deixando apenas alguns vestígios e obstinadas reminiscências, e em seu lugar surge com significativa veemência uma outra sociedade, decididamente caracterizada por novos valores, quer esboça já na sua composição uma realidade completamente diferente daquela que a precedeu. No bojo dessas transformações o Brasil apresenta suas novas interfaces, passando a caracterizar-se não mais pelos valores intrínsecos a uma sociedade definida pelos aspectos rurais, mas sim, pela intensidade do crescimento urbano e pelas consequências advindas desse processo. Enfim, o país é reconhecido por tornar-se definitivamente urbano.

Esse trabalho é o resultado de uma inquietante busca em compreender um pouco mais detalhadamente os fatores conjunturais que possibilitaram a efetivação dessa transformação, buscando analisar os efeitos e as consequências resultantes desse movimento que intensificou-se a partir dos anos 50, promovendo inexoráveis transformações na arquitetura social constituída.

Trazendo à tona novas faces do país, até então completamente desconhecidas gerando o agravamento de problemas sociais, bem como promovendo o aparecimento de novos problemas. Pretendemos enfim, buscar compreender os traços gerais que compõem essa mudança em nível nacional e as conseqüências produzidas por todo esse conjunto de transformações que redirecionam as diretrizes políticas, econômicas e sociais do Brasil.

Nesse sentido, nossa intenção ao avaliar as transformações implementadas na agricultura, sobretudo pela crença no ideal modernizador, muito em voga a partir dos anos 50, é um reflexo do intenso anseio de tentarmos entender as circunstâncias históricas que produziram o contraste existente, atualmente, entre a imensa e crescente população urbana e a reduzida população rural, quadro característico do Brasil atual. Persistindo nesse intuito estudamos o crescimento da mecanização das práticas agrícolas e o papel assumido pelo Estado brasileiro no processo de modernização da agricultura.

No primeiro capítulo nos esforçamos para realizar, em princípio, uma contextualização histórica da importância assumida pela agricultura no desenvolvimento da economia nacional. Enfocando a intensa participação do Estado, enquanto agente viabilizador do advento modernizador, arcando com os onerosos custos necessários à realização desse projeto. Ainda buscamos demonstrar algumas das relações existentes entre o projeto modernizante e a estrutura fundiária brasileira, observando que o crédito rural, principal mecanismo do subsídio agrícola desenvolvido pelo governo, na maioria das vezes ia ao encontro das deficiências dos grandes proprietários. Ao final deste capítulo procuramos ilustrar as conexões existentes entre a modernização, o desenvolvimento do campo e o conseqüente desemprego crescente nas áreas rurais.

Dedicamos o segundo capítulo à análise do processo de ascensão tecnológica e inserção capitalista na agricultura, procurando delinear algumas nuances iminentes ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. Buscamos situar a composição do parque agro-industrial brasileiro e suas relações com o processo de industrialização do campo. Através dos dados estatísticos procuramos apresentar o crescimento da mecanização agrícola em consonância com o desenvolvimento do sistema de crédito agrícola e relação entre esses elementos e a agricultura de exportação amplamente privilegiada nas metas governamentais.

No terceiro capítulo nossos esforços incidiram principalmente na tentativa de analisar essas transformações no âmbito do município de Uberlândia, tentando estabelecer as semelhanças com o paradigma nacional. Num primeiro momento privilegiamos as modificações processadas na agricultura do município, bem como, a repercussão da política do governo nacional para a agricultura, manifestada em alguns momentos da abordagem feita pelos principais jornais locais de circulação entre 1970-1980. Posteriormente fizemos algumas reflexões a respeito do movimento migratório, impulsionado sobretudo pela disseminação da mecanização no campo; isto é, na agricultura de Uberlândia. Enfocando ainda a questão da urbanização e industrialização ocasionadas na região, procurar visualizar os nexos existentes entre estes processos e o aumento do êxodo rural no mesmo período, verificando as mudanças na distribuição e concentração populacional entre o campo e a cidade.

Na sequência, finalizando o nosso estudo apresentamos algumas considerações finais relativas à nossa análise, no intuito de elucidar nossas reflexões e constatações concernentes ao trabalho desenvolvido. Na tentativa de situar as nossas impressões e encaminhamentos relativos ao processo que denominamos em seus traços gerais de modernização da agricultura, mecanização das práticas agrícolas e êxodo rural na região de Uberlândia entre os anos de 1970 a 1980.

CAPÍTULO I

TRANSFORMAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO

1.1 -A Modernização da Agricultura Brasileira e suas Ressonâncias (1950-1980)

A agricultura ocupa uma posição indelével na história do Brasil, é indiscutível o seu papel e a sua importância na consolidação da estrutura social que começou a ser forjada com o advento da invasão portuguesa no início do século XVI. Desde o princípio os portugueses visualizaram as inúmeras possibilidades de exploração econômica que o território brasileiro (isto é, a área situada no continente sul-americano que viria a se chamar Brasil) oferecia, entre elas a abundância de recursos naturais e alto potencial de seus solos, constatações que eles registraram, enfaticamente, no primeiro documento oficial produzido pelos europeus sobre o Brasil, evidentemente que trata-se da minuciosa e descritiva Carta de Pero Vaz de Caminha¹.

Como podemos perceber ao longo da nossa história, a atividade agrícola alavancou substancialmente a economia brasileira, desde a época em que éramos colônia portuguesa, até meados do século XX, a exploração agrícola foi o principal suporte econômico do país. Baluarte de sustentação do arcabouço social, as atividades relativas à agricultura começaram a perder sua hegemonia a partir de 1950 com o início da intensificação do processo de industrialização e urbanização, viabilizados pelas iniciativas governamentais que visavam o desenvolvimento do país a curto prazo, subsidiando em grande medida e, sobretudo, o ímpeto industrialista que de certo modo faltava à elite econômica brasileira, que a princípio mostrou-se pouco afeita à idéia de investir vultosos capitais na criação, aperfeiçoamento e expansão

¹ Cf. documento disponível em: <http://www.terra.com.br/500anos/carta_caminha.htm>. Acessado em: 22/04/2002.

das chamadas indústrias de base. A maior parte da elite econômica brasileira mostrava-se um pouco dúbia e hesitante com relação à ideologia desenvolvimentista. Entretanto, é imprescindível ressaltarmos que em muitos casos o elevado valor dos investimentos necessários à infra-estrutura industrial, impossibilitava uma considerável parcela da cúpula econômica. Com isso, o processo de industrialização somente poderia ser impulsionado e, sobretudo, fomentado através da iniciativa e dos subsídios estatais, ficando predominantemente ao encargo do governo federal e dos recursos do Estado, que intensifica a quantidade de empréstimos perante ao capital estrangeiro.

Uma vez considerada a relevância da agricultura nos contextos econômico, político e social do país, cabe ainda enfatizar que a influência e o predomínio do campo sobre a cidade teve seu descenso iniciado fundamentalmente a partir da segunda metade do século XX. Em 1950 a concentração de pessoas no campo era relativamente maior que na cidade, nesse período 70% da população brasileira ainda residia no perímetro rural². Essa situação foi completamente revertida no final do século, podendo-se constatar que em 1996, dos 152 milhões de habitantes do país, cerca de 20 milhões residem no campo, enquanto que a maioria avassaladora, 132 milhões, compõe a população urbana.³ A inversão em termos populacionais entre campo e cidade se dá a partir dos anos sessenta, consolidando-se efetivamente nos primeiros anos da década de setenta, fase conhecida na história do Brasil como a época do “Milagre Brasileiro”, período em que a economia do país teve um crescimento considerável, trazendo, evidentemente, reflexos na conjuntura nacional e incentivando de forma incontestável o processo de industrialização e urbanização do país.

² Cf. *jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, encarte especial *Terra*, 1999.

³ Pesquisa nacional por amostra de domicílios, IBGE, 1995. Arquivo IBGE, Uberlândia, 2001.

Entretanto podemos considerar que vários fatores influenciaram em maior e menor intensidade, possibilitando essa mudança no quadro populacional brasileiro, várias transformações intermediaram esse processo, incluindo-se as transformações nas relações de trabalho, nas relações político-econômicas, enfim, de todo um quadro de mudanças no qual o campo e as relações vinculadas à agricultura de modo geral não ficaram incólumes, sofrendo as consequências e as influências que envolveram todo o contexto. Com a intenção de analisar e compreender o peso que tais transformações exerceram e as influências que assumiram perante o processo que conduziu à escassez populacional e ao refluxo no qual se encontra o setor rural, principalmente a partir do anos setenta, é de fundamental importância analisarmos as políticas destinadas ao setor rural e sua participação no setor econômico de modo geral. Sendo assim tentaremos esboçar, ainda que superficialmente, as mudanças mais expressivas na esfera da agricultura brasileira, enfocando alguns momentos de sua história.

1.2 – Alguns Indícios da Transformação na Agricultura Nacional

Como já salientamos anteriormente, a exploração agrícola no Brasil iniciou-se desde o princípio da colonização portuguesa, logo após a fase inicial marcada efetivamente pela exploração extrativista das riquezas naturais, os colonizadores iniciaram a intensificação da grande lavoura monocultural, característica intrínseca da agricultura brasileira, principalmente, até as primeiras décadas do século XX.

A base da grande lavoura monocultural foi por sucessivos anos a mão-de-obra escrava, haja vista a produção açucareira no nordeste brasileiro, num primeiro momento, e a expansão cafeeira no sudeste, o que podemos denominar como a segunda fase da grande lavoura no Brasil. Esse modelo de grande lavoura monocultural ganhou ênfase principalmente a partir do

final do século XVIII. Baseado em técnicas primitivas e na exploração do trabalho escravo, esse sistema não promoveu a utilização, bem como a implementação de recursos tecnológicos, contribuindo sobremaneira para a estagnação da agricultura brasileira e o conseqüente atraso perante a economia agrícola internacional. Embora o regime escravocrata seja apontado e considerado por alguns autores, como principal fator do atraso agrícola brasileiro, enfatizamos a necessidade de aumentar a abrangência do horizonte analítico e considerar outros elementos que também contribuíram para que a agricultura permanecesse estacionada. Entre esses fatores podemos situar a relativa falta de argúcia do empresariado rural da época, sua indisposição, insegurança, falta de informação e conhecimento diante dos avanços tecnológicos comum entre os proprietários de terras que favoreceram a permanência de arcaísmo e tradicionalismo na agricultura. Faz-se necessário ressaltar que nesse momento histórico que contempla desde o final do século XVIII até princípios do século XX, não existiam a rapidez, a facilidade de acesso e a abundância de informações e conhecimentos, o que contribui indubitavelmente para o atraso e a aparente “inércia” do empresariado agrícola brasileiro.

O desenvolvimento e o aprimoramento de uma determinada atividade requer obrigatoriamente a criação e consolidação de uma infra-estrutura básica que possibilite o avanço e enriquecimento sobre o conhecimento em determinado âmbito da atividade humana. No que refere à agricultura brasileira, a criação e o conseqüente estabelecimento dessa infra-estrutura imprescindível, só começou a delinear-se efetivamente a partir da Segunda metade do século XIX. Somente após 1850 que inicia-se por intermédio de iniciativas governamentais, a criação de instituições de pesquisa agrônômica e assistência técnica e conhecimentos básicos aos proprietários agrícolas.

Em 1859 data a criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, um ano mais tarde surgem similares nas cidades do Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul, este ano marca também a criação do ministério da agricultura, na sua primeira versão, que durou até 1892 ano em que foi extinto, sendo novamente recriado em 1906 e reimplantado em 1909 através do decreto federal nº 7.501.⁴ O autor Tamás Szmenecsanyi enfatiza que:

Foi a partir da proibição do tráfico que se começou a cogitar mais seriamente (ao lado da imigração subsidiada de trabalhadores livres do exterior para substituir a mão-de-obra escrava) da implantação pelo governo de estações agronômicas para testar e introduzir no país tanto novas variedades de plantas e animais, como métodos mais modernos de cultivo e de criação.⁵

Como podemos perceber o ímpeto modernizante na agricultura brasileira começa a delinear-se no final do século XIX e início do XX. Entretanto é a partir de 1950 que podemos perceber a elevação do índice de utilização de insumos modernos e recursos tecnológicos, contribuindo para uma melhoria das condições técnicas dos produtores. Nesse âmbito podemos destacar o aumento significativo na importação de tratores que passou de 1606 unidades em 1948, para 11.183 em 1951. Nesse mesmo período podemos perceber um nítido aumento na produção nacional, revelando a crescente participação da mecanização no setor agrícola.

As mudanças no contexto agrícola vão se processando fundamentalmente através da interferência e intermediação do governo por meio de políticas de incentivo à produção, criação de instituições de apoio técnico e também as instituições que forneciam o auxílio econômico e subsídio financeiro.

⁴ Cf. TAMÁS, 1997.

⁵ Op. Cit. p. 50.

Nesse interim, o crédito rural assume uma importância inexorável, constituindo-se num importante elemento de fomento à produção e conseguinte modernização das práticas agrícolas. É unânime entre autores de diversos matizes que, o crédito rural subsidiado foi o instrumento mais importante implementado pelo governo federal com vistas a promover a chamada modernização das atividades agropecuárias.

As políticas agrícolas do governo federal, principalmente a partir de 1950, tinham um escopo bem delimitado, que era promover o aumento da produção, tendo em vista os mecanismos de mercado. O crédito rural, principal elemento dessa política, teve um crescimento considerável entre os anos de 1955 a 1965. Nesse período inicia-se de fato o processo de industrialização da agricultura, onde se destacam as empresas de beneficiamento de produtos agrícolas e também da produção agropecuária. Esse setor de beneficiamento foi amplamente favorecido através da medida do governo federal que revigorou, através do ministério da fazenda, em 1951 a política de preços mínimos, medida que já havia sido adotada em 1943, época em que foi instituída, tratando-se de uma medida de economia de Guerra, uma vez que nesse momento devido a convulsão gerada pela Segunda Guerra Mundial, o governo se viu na obrigatoriedade de traçar planos econômicos tendo em vista a proteção do país em termos econômicos e também militares⁶.

As políticas de crédito subsidiado assumem uma relevância imprescindível no contexto da agricultura brasileira. Todavia, os pequenos e médios produtores rurais foram beneficiados somente nos primeiros anos da década de sessenta, sendo que em pouco tempo as políticas creditícias se converteram em instrumento de favorecimento econômico aos grandes produtores e beneficiadores, alijando dessa forma, pequenos e médios produtores de acesso aos benefícios que tal política concedia. Por outro lado, os subsídios agrícolas promoveram

⁶ Szmnecsanyi; Ramos, 1994, p. 59-79.

um grande impulso na indústria de máquinas agrícolas (principalmente tratores) que passou a fazer consecutivos investimentos, aumentando gradativamente o índice tecnológico e o nível de qualidade de seus produtos. Contribuindo sobremaneira para o aumento da produção e também da produtividade, possibilitando aos produtores, concomitantemente, aprimorar as técnicas de produção, bem como ampliar a área plantada, uma vez que iam surgindo no mercado máquinas de maior potência, viabilizando o preparo de áreas cada vez maiores, diminuindo relativamente o tempo gasto devido, sobretudo, à modernização das máquinas e ao aperfeiçoamento dos implementos.

As culturas vinculadas ao processamento industrial receberam um enorme incentivo, na medida em que forneciam a matéria-prima para o processo de industrialização. Entre tais culturas pode-se destacar a soja, o trigo, a laranja, entre outros, que devido à crescente demanda de produtos derivados, principalmente na cidade, passaram a ser cultivadas em grande escala, aumentando respectivamente as áreas destinadas ao plantio dessas variedades. A produção agropecuária também recebeu estímulos das políticas de crédito rural, o que proporcionou a difusão nesse âmbito dos recursos tecnológicos e dos insumos modernos. Como podemos perceber tanto a produção de culturas fornecedoras de matéria-prima para o beneficiamento industrial, quanto a produção agropecuária, que também se vincula ao processamento industrial, haja vista os derivados do leite, da carne, do couro, entre outros. Tais atividades se mostraram propícias à utilização da tecnologia e dos insumos modernos, produzindo resultados em curto prazo. Tendo em vista esses fatos, salientamos novamente que o crédito rural assume uma relevância imprescindível e inexorável no âmbito das mudanças e transformações ocorridas na agricultura brasileira a partir da segunda metade do século XX. É nesse período que efetivamente se inicia o processo de industrialização da agricultura, evidenciando a modernização das práticas agrícolas notoriamente na região centro-sul do país.

1.3 – A Relação entre o Processo Modernizador e a Estrutura Fundiária Brasileira

Precisamos constatar que o Brasil, a partir dos anos 1930, vem passando por um rápido e intenso processo de industrialização e consequentemente, acelerada urbanização. Sobretudo nas regiões de maior concentração industrial. Face a essas circunstâncias, torna-se extremamente necessário promover a modernização do processo produtivo, visando em última instância garantir o aumento da produção e da produtividade em proporções semelhantes às requeridas pela crescente demanda do país. Indubitavelmente o crescimento da demanda nas indústrias e a gradativa necessidade de alimentos nas cidades, forneceram estímulos consideráveis à indústria de bens de produção para a agricultura, assim como na indústria de fertilizantes e produtos de defesa agropecuária, principalmente os produtos destinados a melhorar o rendimento e a qualidade de rebanhos bovinos, tais como medicamentos e vacinas, assegurando aos produtores agropecuários maior rentabilidade à medida em que reduzia os índices de prejuízos.

Se por um lado os equipamentos e os insumos modernos fornecem amparo aos produtores, ampliando o aparato tecnológico e minimizando suas perdas, por outro faz-se necessário salientar o alto custo de aquisição dessa tecnologia, fato que a torna acessível a uma parcela restrita de proprietários, englobando somente aqueles que possuem propriedades de médio e grande porte, alijando quase que totalmente a grande maioria dos pequenos produtores. Impossibilitados face à escassez de recursos, esses pequenos produtores vão sendo progressivamente encurralados pelos latifundiários até atingirem o ponto de verem-se na obrigatoriedade de vender suas posses procurando outras formas de subsistência. Não é novidade alguma a questão da concentração de terras notória na estrutura fundiária agrária brasileira. Analisando as transformações no meio rural e as relações de trabalho no campo, na

região da alta sorocabana, no Estado de São Paulo, a autora Maria Conceição D'Incão observa que no interior do paradigma brasileiro de produção agrária voltada para a exportação, os latifúndios convertem-se numa condição básica dentro do contexto econômico e ainda é enfática ao afirmar, amparada na teoria do autor Caio Prado Jr., que no modelo de agricultura brasileiro:

“Este fato sugere a permanência histórica de uma estrutura agrária latifundiária, uma vez que esse tipo de economia tem na grande extensão de terra cultivada, uma condição necessária para a sua alta rentabilidade.”⁷

A grande concentração fundiária é inerente também à pecuária, que gradativamente vem ampliando a área ocupada com pastagens, aproveitando áreas antes utilizadas pela agricultura, bem como desmatando áreas virgens transformando-as em pastagens. Pode-se constatar com maior facilidade estas práticas em Estados como Mato Grosso, Pará, entre outros, existindo também produtores que vendem suas propriedades, principalmente na região sudeste, para efetuar a compra de maiores porções de terra nesses Estados, acima referidos, onde geralmente a terra possui menor valor comercial sem perder suas propriedades férteis, mostrando-se propícias tanto para o cultivo como para a pecuária em alta escala.

A expansão da pecuária promove ainda a diminuição gradativa do número de empregos disponíveis no campo, uma vez que “a criação de gado significa despovoamento, pois não somente exige muito menos trabalhadores que a agricultura, como ainda alimenta menor número de atividades subsidiárias.”⁸ Aliada à ampliação do aparato tecnológico na agricultura, a expansão da pecuária, minimizando o número de empregos, promove, concomitantemente, o êxodo desses trabalhadores que foram perdendo seu espaço e sua

⁷ D'INCAO. 1981, p. 41-42.

⁸ PRADO JR. 1967, p. 331.

função no campo, sendo dessa forma coagidos a sair do meio rural em busca de outras formas de sustento, geralmente migrando para os subúrbios das cidades de médio e grande porte, ampliando o contingente de mão-de-obra não especializada nos grandes centros urbanos. Entretanto é notória, pelo menos em princípio, a resistência que os homens do campo apresentam em migrar para as cidades, em alguns casos a cidade não oferece nenhum atrativo à quem passou toda a vida trabalhando na lavoura, mas diante da extrema miserabilidade a que são submetidos, esses homens vão aos poucos abandonando essa resistência na medida em que não encontram mais perspectivas no meio rural. A autora Maria Conceição D'Incão apresenta um exemplo enfático da desocupação crescente no campo. Analisando um caso estudado pelo INCRA, a autora constatou que:

“em 1971, 300 famílias de arrendatários ficaram desempregadas com a transformação de 1.00 alqueires de algodão em pastagens. A mão-de-obra necessária passou a ser aproximadamente de meia dúzia de peões assalariados.”⁹

Ficando evidenciado a explícita substituição do homem pelo boi, no exemplo citado. De fato, em regiões “em que a lavoura é substituída pelos pastos, a expulsão direta do homem do campo é inevitável.”¹⁰

Evidentemente não podemos menosprezar o fato de que a absoluta maioria das transformações ocorridas na esfera da agricultura, devem-se também e fundamentalmente o desenvolvimento do capitalismo e suas múltiplas interfaces no âmbito rural, promovendo grandes alterações na estrutura econômica do campo. A evolução do sistema capitalista, no contexto agrícola, é indubitavelmente responsável pela maioria das mudanças processadas neste setor, instrumentalizando a produção, marginalizando os pequenos produtores, estimulando e proporcionando o êxodo rural e a concentração fundiária.

⁹ D'INCÃO, 1981, p. 72.

Na medida em que a estrutura econômica estabelecida no campo passa a ser totalmente ‘amarrada’ pelos liames do capitalismo, várias modificações no arcabouço sócio-político podem ser percebidas nitidamente, gerando conseqüências indeléveis tanto no âmbito econômico, quanto no social. A expulsão do homem do campo e as transformações nas relações de trabalho no meio agrícola assumem notória importância, causando mudanças no contexto econômico do país e conseqüências sociais imediatas, assumindo desta forma perceptíveis interferências no aumento da concentração populacional nas cidades que, de alguma forma, configuram-se em pólos empregaticios. Essa situação viabiliza o êxodo da mão-de-obra liberada, ou em compatibilidade com as circunstâncias históricas, talvez fosse melhor dizermos excluída e rejeitada diante da evolução e desenvolvimento estabelecidos na agricultura. Essa fase desenvolvimentista é amplamente identificada e, sobretudo, direcionada pelo paradigma modernizador instituído pelos parâmetros estatais e implementado pela utilização dos recursos tecnológicos em franca expansão. Dentro das perspectivas de melhoramento, qualificação, ampliação e racionalização das atividades agrícolas, muito em voga no país, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Evidentemente que a ideologia modernizante e racionalista não atingiu somente o âmbito da agricultura, mas sim todo o contexto nacional, sendo assimilada e introjetada pelas elites dirigentes, sejam elas da cúpula política ou econômica, se é que existe um hiato considerável entre ambas.

Como é do conhecimento generalizado, as tendências ideológicas consubstanciadas no Brasil consideram sempre em primeiro plano modelos internacionais, sobejamente o europeu e o norte-americano, assimilando na íntegra tais paradigmas ou quanto muito e raramente

realizando ínfimas alterações de estruturação almejando a definitiva implantação de determinada teoria na realidade brasileira. O fato é que a racionalidade científica e a modernização das atividades produtivas, sejam elas na indústria ou no campo – faz-se necessário ressaltar a existência de uma interatividade entre esses dois setores – foram apregoadas na Europa e nos Estados Unidos desde o princípio do século XX, atingindo o Brasil, como já sabemos, somente a partir da metade do referido século.

É amplamente conhecido o fato de que o racionalismo promove, em última instância, a gradativa substituição do homem pela máquina promovendo inevitavelmente o desemprego que acreditamos ser o paradoxo maior do capitalismo, uma vez que sem a remuneração oriunda do emprego o homem deixa de ser um consumidor em potencial, pois torna-se impossibilitado economicamente de exercer sua função consumista.

1.4 – Modernização, Desenvolvimento e Desemprego no Meio Rural

Analisando as transformações ocorridas no cenário da agricultura, percebemos que a implementação do racionalismo eleva de maneira exacerbada o índice de desemprego, pois determinadas máquinas de uso agrícola substituem inúmeros homens, haja a vista a mecanização praticamente absoluta de todas as etapas da produção, desde o preparo do solo até à colheita, também na pecuária, seja ela de corte ou de leite.¹¹ A utilização de insumos modernos e máquinas propicia a redução do já reduzido número de mão-de-obra, necessária ao desenvolvimento das atividades inerentes ao setor.

¹¹ A denominação “pecuária” de corte refere-se à criação de gado para o abate, enquanto que pecuária de leite refere-se à criação de gado destinado à produção de leite.

O índice de desemprego está intrinsecamente relacionado com a situação econômica do país e temos pleno conhecimento de que esse índice vem se elevando paulatinamente no Brasil, é óbvio que esta elevação não se deve única e exclusivamente ao processo de modernização instaurado no campo e obedece á determinantes econômicos e políticos mais amplos. Todavia gostaríamos de enfatizar que o desempregado rural ou proveniente do campo encontra uma gama de singulares dificuldades, pois este encontra obstáculos ainda maiores, quando migra rumo ás cidades, na medida em que a “geralmente” peculiar falta de escolaridade e de formação profissional acabam por marginalizar ainda mais esse trabalhador, levando-o a submeter-se a qualquer oportunidade de emprego encontrada na cidade.

Observada do ponto de vista antropológico a questão do migrante rural pode ser analisada sob outros primas, dentre os quais gostaríamos de destacar as dificuldades de adaptações que esse trabalhador encontra nas cidades diante do contraste que a vida urbana lhe apresenta. Como foi observado por Olivem:

“Alguns estudiosos tendem a enfatizar que a migração para a cidade significa um profundo processo de ressocialização que requer a aprendizagem de novos padrões de comportamento e a aquisição de novos estoques simbólicos.”¹²

Mesmo que em princípio o homem do campo apresente um determinado nível de resistência à vida urbana, paradoxalmente, podemos constatar que de certo modo a cidade acaba exercendo algum fascínio sobre este trabalhador, que em última instância anseia assegurar o sustento da sua família, buscando dessa forma alguma atividade remunerada que lhe possibilite estabilidade.

¹² OLIVEM. 1987, p. 23-24

Nesse sentido, geralmente a disposição/motivação para migrar e as expectativas em relação à cidade e conseqüentemente à vida urbana são condicionantes que em alguns casos podem estar correlacionadas em maior ou menor intensidade.¹³ Acrescentando-se ainda o fato de que a grande maioria dos trabalhadores rurais dispensados do ciclo produtivo são expostos a um acentuado grau de miserabilidade que compulsivamente os remete à procura de emprego nas cidades.

Procedendo à uma análise demasiadamente superficial à respeito da agricultura brasileira e notadamente sobre as principais mudanças que a fase de modernização implantou, assim como a metamorfose mais ampla gerada de forma generalizada e difusa no espaço agrícola, de um modo geral, podemos perceber que o êxodo rural se não é um fruto direto desse processo é minimamente um conseqüência dele. Sendo assim ao analisar o processo de modernização agrícola que veio grassando no Brasil notoriamente a partir de 1950, pretendemos averiguar quais as relações que tal processo assume perante a inversão populacional registrada no início dos anos setenta, quando a área urbana passa a abranger o maior contingente populacional do país. Salientamos novamente que antes de 1970, sobremaneira até o princípio da década de sessenta a maior parte da população brasileira ainda residia na zona rural do país. Diante de tais circunstâncias acreditamos que a modernização das práticas agrícolas aliadas ao processo de industrialização, assumem uma importância indelével proporcionando concomitantemente à urbanização, uma guinada significativa no gráfico populacional brasileiro.

Analisando o contexto geral de maior abrangência das transformações em nível nacional, procuramos angariar subsídios que nos forneça um respaldo mínimo para nossa análise mais específica, que consiste em estudar as ressonâncias de todo esse conjunto de

¹³Cf. GEORGE. 1987

mudanças, no município de Uberlândia e região, visando compreender o crescente esvaziamento populacional das regiões rurais desse município. Acreditando que a conjuntura regional não pode ser compreendida e analisada fora da realidade e do contexto nacionais, procedemos previamente à sumária análise da situação e dos determinantes em nível nacional, para podermos visualizar com maior clareza o nosso objeto de estudo e situá-lo de forma coerente, procurando delinear suas peculiaridades, como também suas semelhanças em âmbito nacional.

Mesmo não sendo uma metrópole de grande porte, a cidade de Uberlândia pode ser considerada como significativo pólo urbano do estado de Minas Gerais, pois é a terceira maior cidade do estado, possuindo, de acordo com o último censo populacional realizado em 2000, aproximadamente 600.000 habitantes. A cidade ocupa uma posição de destaque no cenário nacional, uma vez que sua localização geográfica possibilitou-lhe tornar-se importante centro de distribuição de produtos. Embora sendo eminentemente comercial, o município possui um parque industrial em paulatina expansão, a agricultura e a pecuária locais são bastante expressivas, destacando-se a horticultura e a produção e beneficiamento de grãos, carne e leite. Podemos perceber que o município possui alguns dos principais elementos constituintes do universo de atividades agrícolas, mesmo não sendo este predominantemente agrícola, isto é, não tendo na agricultura sua principal e única atividade econômica.

Acreditamos que os fatos elencados acima possam conferir um mínimo de coerência e plausibilidade ao nosso estudo. Sem a pretensão de estabelecer alguma forma de determinismo analítico, reconhecemos que nossa análise será constantemente pautada e mediada pelo contexto da agricultura nacional e suas tendências. Nesse sentido o incipiente apanhado que fizemos neste primeiro capítulo torna-se fundamentalmente imprescindível para as proposições que faremos a seguir, na sequência de nosso estudo.

CAPÍTULO II

ASCENSÃO TECNOLÓGICA E TRANSFORMAÇÃO NA AGRICULTURA

2.1 – Características da Inserção Tecnológica na Agricultura Brasileira

Ao longo de sua existência na terra o homem veio paulatinamente transformando o espaço em que habita, buscando meios e métodos que lhe possibilitassem ampliar sucessivamente o seu conhecimento e lhe permitissem usufruir em continuado aprimoramento dos abundantes recursos naturais, sobejamente oferecidos pela natureza em diversas regiões do planeta. Em sua ânsia contínua de desenvolvimento e movido pela imperativo da evolução, o homem foi aos poucos desenvolvendo algumas invenções que foram contribuindo para a efetiva melhoria de suas condições de vida, conferindo em escala gradativa praticidade e objetivismo às ações humanas. Podemos constatar que os avanços da ciência e os progressos tecnológicos em todos os campos de atividade humana apresentam um salto qualitativo colossal, uma evolução com agigantados índices de desenvolvimento. Sobretudo a partir do momento em que a teoria racionalista começa a grassar pelo mundo apregoando o racionalismo científico, o desenvolvimento de algumas atividades humanas é definitivamente irrefutável. Pelo menos considerando-se o aspecto tecnológico.

Nesse sentido, observamos que a humanidade passou de objetos e invenções, hoje considerados extremamente rudimentares, às mais prodigiosas descobertas, entre as quais poderíamos elencar a cibernética, a robótica, a informatização promovendo avanços em todos os níveis e os aportes atingidos no campo da genética. Sendo estes alguns elementos da

imensa gama de transformações às quais a humanidade vem se submetendo no decurso de sua história. A intensidade das mudanças impetradas pelo homem fez com que as conquistas tecnológicas se espalhassem por todos os setores onde as pessoas manifestam a sua atuação. Evidentemente que isto não se dá de uma maneira uniforme e igualitária, pois contraditoriamente podemos observar tristes paradoxos, onde um grande número de pessoas, dispersas pelo mundo, estão privadas de tecnologias atualmente consideradas triviais. O contraste é explícito, sobremaneira com o predomínio do capitalismo em nível mundial, sistema econômico que promove o acúmulo de recursos e possibilidades sob o controle de alguns em detrimento de muitos outros que ficam marginalizados à mercê dos designios de uma minoria privilegiada.

O sistema capitalista, ao longo de sua gênese, forneceu um considerável impulso às transformações tecnológicas. Uma vez que sempre se considera em primeira instância a lucratividade, as melhorias tecnológicas são indefectíveis. Entretanto, mesmo que o sistema fomenta a propagação de pesquisas e estudos tendo em vista superações tecnológicas, a disseminação da tecnologia alcançada de forma imparcial entre todos não faz parte do arcabouço teórico intrínseco ao capitalismo. Considerando-se que os avanços técnicos promovem o aumento dos lucros, distribuí-los, ou torná-los acessíveis a todos seria decididamente uma contradição do ponto de vista da acumulação capitalista.

Ao realizar esse incipiente exercício retrospectivo, tentando analisar algumas das relações existentes entre tecnologia e capitalismo, almejamos compreender as diretrizes que delinearam o processo gradual de inserção tecnológica na agricultura brasileira, tendo em vista as múltiplas facetas que circundam esta questão e levando-se em consideração o momento em que a agricultura transformava-se em área de alto potencial perante as

perspectivas capitalistas. No contexto da agricultura brasileira há que se enfatizar, principalmente a partir dos anos 60, o intento do Estado, personificado nos governos militares, em promover o desenvolvimento da economia nacional. Tendo relevante função nesse contexto, o setor agrícola passa a receber importantes estímulos que, em última instância, visavam promover o desenvolvimento e a modernização do universo agrícola brasileiro. É nesse sentido que a industrialização, que já havia atingido um patamar considerável nas grandes cidades brasileiras, começa a incidir também sobre o campo.

2.2 – Industrialização do Campo e Modernização das Atividades Rurais

O processo comumente denominado de industrialização do campo apresenta algumas peculiaridades em relação ao urbano industrial caracterizado nos principais pólos nacionais. A difusão do instrumental tecno-industrial pelas áreas agrícolas, tem uma trajetória um pouco diferente da industrialização urbana. Às indústrias destinadas a produzir o aparato utilizado nas atividades agrícolas, antecedem as indústrias que produzem as máquinas e os instrumentos utilizados nesta outra categoria de indústria. Poderíamos comparar aquelas às indústrias de base e estas às indústrias de bens de consumo duráveis. O capitalismo estabelece-se na agricultura, através de fases e etapas um pouco distintas, apresentando nuances diferentes, se comparadas à expansão industrial urbana. Outro tipo de indústria vinculada à agricultura, além das já mencionadas no exemplo acima, que podem ser caracterizadas pela produção de insumos, fertilizantes, máquinas agrícolas, adubos entre outros, são as indústrias de processamento e beneficiamento dos produtos oriundos da agricultura. O conjunto das indústrias produtoras dos bens de produção, bem como as indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas e os órgãos encarregados da comercialização de ambos os produtos, ou seja, aqueles que vendem e ao mesmo tempo

compram perante os produtores, compõem o chamado complexo agro-industrial. O também chamado Parque Agro-industrial é o âmbito onde se executam as principais transações capitalistas relacionadas à dinâmica da produção agrícola em suas múltiplas fases. Esse conjunto de inter-relações constituídas faz com que as diretrizes capitalistas dimensionadas para o setor da chamada industrialização da agricultura apresente variáveis diferentes em relação aos mecanismos norteadores do capitalismo urbano-industrial. A agricultura converte-se num crescente e promissor mercado para os produtos industrializados, principalmente os insumos modernos que geram o aumento da produtividade a curto prazo, como os adubos, fertilizantes e defensivos, tratores e implementos comumente utilizados nas culturas destinadas à exportação e à transformação industrial, tais como a cana, o café, a laranja entre outros. O aumento da produção dessas culturas está associado diretamente à agricultura de expansão, que exige constantemente a agregação de novas áreas, aumentando a área cultivada e incentivando a constante desocupação de áreas, anteriormente utilizadas em outras modalidades de ocupação agrícola ou glebas que não eram ainda plenamente utilizadas.

Um bom exemplo disso no Brasil é a incursão pelos cerrados, visando ampliar o espaço cultivado, gerando conseqüentemente o aumento nos índices de produção¹⁴. A **Tabela 1** nos permite observar o aumento nos índices de utilização de insumos básicos pela agricultura no Brasil entre os anos de 1967-1975, demonstrando claramente o aumento gradual nos percentuais de modernização e mecanização das atividades agrícolas, correspondendo às metas vislumbradas pelo plano de modernização implementado pelo Estado, sobretudo, a partir de 1964 no decurso do regime ditatorial à frente do Estado brasileiro.

¹⁴ SILVA, 1981, p. 21-31.

Tabela 1

Índices simples da utilização de insumos básicos pela agricultura:
Brasil, 1967-75 (Base 1966 = 100)

	<i>Tratores</i> (n°.)	<i>Fertilizantes</i> (ton)	<i>Defensivos</i> (ton)
1967	110	159	126
1968	121	214	178
1969	132	225	201
1970	146	356	195
1971	158	415	217
1972	181	622	314
1973	211	598	417
1974	246	704	500
1975	287	648	374

Fonte dos dados básicos: Mesquita. A.

Se por um lado, o crescimento da produção dos gêneros agrícolas destinados à exportação está de alguma maneira vinculado à chamada agricultura de expansão, de outro lado, podemos perceber nitidamente que a utilização do aparato tecnológico promove concomitantemente o aumento da produtividade. Pois, na medida em que a utilização de fertilizantes, corretivos de solos, defensivos agrícolas, bem como a utilização de máquinas em constante aperfeiçoamento em todas as fases da produção, desde o preparo para o cultivo até as fases de colheita, transporte e estocagem ou armazenamento, permitem a consubstanciação de fatores demasiadamente relevantes para o efetivo aumento da produção agrícola. Podemos, dessa forma, constatar que o progressivo uso da tecnologia na agricultura promove algumas mudanças na própria concepção que se tinha a respeito da terra, uma vez que na agricultura expansiva a terra torna-se o principal bem de produção e a propriedade desta é fator de imenso e incontestável prestígio econômico e social. Com a utilização de insumos modernos torna-se possível e viável aumentar a produção mantendo-se a mesma quantidade de terra cultivada. Nesse perspectiva, de acordo com o autor Graziano, “a terra em si mesma, ou melhor, a sua extensão, passa a perder importância, na medida em que se torna possível obter,

em menores áreas, um produto igual ou superior ao que anteriormente demandava grandes extensões.”¹⁵

Podemos então perceber que a partir do momento da introdução tecnológica, outros valores passam a circundar o universo da agricultura brasileira, sobretudo as formas de conceber o próprio valor econômico da terra.

Na medida em que o uso da técnica permite ao produtor obter, mesmo em regiões onde a qualidade dos solos é baixa e a taxa de fertilidade reduzida, índices de produção correlatos ou até mesmo maiores que em terras de alto potencial fértil, o valor agregado à propriedade da terra começa a sofrer transformações, possibilitando em certa medida uma relativa redução dos preços do solo. Evidentemente resguardando-se às devidas proporções, pois os preços altos, são ainda um dos principais empecilhos a uma miríade de trabalhadores rurais, impossibilitados de possuírem a sua própria gleba de terra de onde possam retirar a sua subsistência. De qualquer forma, mesmo não tornando a terra acessível aos que nela pretendem trabalhar, a redução dos valores a ela atribuídos é um elemento imprescindível para a análise da modernização da agricultura no Brasil.

2.3 – As Metas Estatais do Desenvolvimento Agrícola

A participação do Estado no processo de modernização da agricultura brasileira, conforme mencionamos anteriormente, é algo insofismável. O Estado através de suas políticas e mecanismos governamentais arvora-se em principal responsável pela difusão e elaboração de possibilidades para a aquisição de tecnologias junto aos produtores rurais, isto é, o Estado

¹⁵ SILVA, 1981, p. 34.

através de suas diretrizes políticas que tencionavam o fortalecimento da economia, propiciaram aos produtores rurais, adquirir mecanismos que promovessem a rápida melhoria da sua propriedade e conseqüentemente de sua produção, principalmente através de subsídios e créditos fartos e acessíveis, sobretudo aos grandes proprietários, notoriamente favorecidos pelas normas de legislação creditícia, estipuladas visando garantir segurança e confiabilidade de retorno do capital emprestado.

Os anos que compreendem o intervalo de 1968 a 1973 são denominados de, a fase do ‘Milagre Brasileiro’, como é sobejamente conhecido e narrado na historiografia brasileira. Nesse período, devido a uma conjunção de múltiplos fatores vinculados à economia internacional e que obviamente precedem o período do milagre-brasileiro, possibilitaram que a economia brasileira alcançasse um crescimento jamais atingido anteriormente, gerando índices recordes no âmbito econômico nacional. Na perspectiva de Miranda, a partir desse momento “O Estado transformou-se no maior tomador de empréstimos no exterior para promover a acumulação privada”¹⁶. É interessante ressaltar que a autora apoia sua análise na argumentação apresentada pelos autores Eder Sader e M. Aurélio Garcia, que corroboram a proposição da autora, ao afirmarem em relação ao milagre da economia brasileira no início da década de 1970:

O fundamental a reter nestes anos, no entanto, é que eles constituem um período no qual a convergência de vários fatores, dentre os quais a situação econômica e política internacional, fizeram com que o crescimento econômico no país, combinado com o aniquilamento de quase todas as forças de contestação no interior da sociedade brasileira, permitissem uma considerável estabilização do regime.¹⁷

A conjuntura internacional do início dos anos 1960 mostrava-se economicamente favorável aos países subdesenvolvidos, muitos destes permitiram a entrada maciça de capital

¹⁶ MIRANDA, 1999, p. 11.

¹⁷ SADER; GARCIA, 1982, p. 16 (apud: MIRANDA, op .cit. p. 11)

estrangeiro, trazido sobremaneira pelas empresas multinacionais que buscavam expandir seus negócios, ampliando o mercado dos seus produtos e ao mesmo tempo aproveitando matéria-prima mais barata e a grande disponibilidade de mão-de-obra, também a preços mais baixos. O ideal desenvolvimentista norteador preponderante da política interna nacional, a partir dos anos 50 somente poderia concretizar o projeto de modernização associado ao capital externo, construindo o chamado modelo dependente-associado que passou a configura-se na economia brasileira.

Essa é a fase descrita por alguns autores como a internacionalização da economia. Como o projeto modernizador previa o engajamento da agricultura, destinando a esta algumas metas a serem alcançadas dentro das perspectivas econômicas, esse contexto tornou-se imensamente favorável à penetração do capitalismo no conjunto formador da esfera econômica agrícola.

Paralela à capitalização da agricultura, podemos observar a intensificação do processo de exclusão e segregação dos trabalhadores rurais não-proprietários, assim como dos pequenos proprietários que foram gradualmente marginalizados por não suportarem as crescentes pressões econômicas e por estarem praticamente cerceados dos subsídios governamentais que explicitamente beneficiavam os grandes proprietários.

✱ Uma das principais características do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) é a evidente disparidade na disponibilização de recursos entre pequenos, médios e grandes produtores. Criado com a proposta de promover o fortalecimento, associado ao crescimento dos pequenos e médios produtores, o SNCR transformou-se no mais eficaz instrumento lícito de enriquecimento dos grandes proprietários rurais, trazendo a estes inúmeros benefícios,

inexoravelmente vetados aos pequenos proprietários. Viabilizando em última instância o alargamento da fronteira que separa os grandes dos pequenos no cenário agrícola brasileiro.

A modernização, num primeiro momento, vai ao encontro das insuficiências da grande propriedade, pois é através do crédito subvencionado que os altos investimentos em mecanização e aprimoramento técnico se tornam tangíveis. Enquanto as grandes propriedades vão implantando as novas tecnologias, vai aumentando a tendência da agregação das pequenas propriedades pelos latifúndios, diminuindo gradativamente o número de postos de trabalho disponíveis no campo; em conformidade com o autor José Graziano:

A mecanização, na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais.¹⁸

O projeto modernizador ganha fôlego e ímpeto a partir de meados dos anos 50. Até esse momento, o setor agrícola caminhava amparado em técnicas arcaicas de produção, distoando significativamente do processo de crescimento industrial e urbanização, manifestando já uma certa debilidade de abastecimento do mercado interno, encontrando dificuldades em acompanhar o crescimento exacerbado dos centros urbanos. Para promover o fortalecimento da economia brasileira, o Estado não poderia relegar o setor rural ao arcaísmo em que este se encontrava, era preciso equiparar minimamente o agro-nacional ao nível atingido pelo setor urbano-industrial. É nesse sentido que o Estado assume a função de principal subvencionador da empreitada modernizante. Faz-se necessário esclarecer que em nenhum momento da história da agricultura chegou-se a estabelecer uma crise no abastecimento do mercado interno, a oferta de produtos sempre conseguiu manter um relativo acompanhamento da

¹⁸ SILVA, 1981, p. 30.

demanda. Temos que destacar o fato de que os subsídios estatais incidiram com maior veemência sobre a agricultura de exportação, haja vista que os empréstimos privilegiavam comumente os grandes proprietários vinculados à exportação, gerando algumas dificuldades para o setor submetido à agricultura de abastecimento interno. Esse fato, direta e indiretamente impulsionou a mecanização do setor de produção de alimentos, voltados para o mercado interno.

São muitas as evidências de que o crédito concedido pelo governo esteve eminentemente ligado ou associado à agricultura de exportação, os autores Goldin e Rezende são enfáticos ao considerar que a produção subsidiada sempre angariou a parte preponderante dos recursos creditícios e que a produção de produtos destinados ao consumo interno, isto é os gêneros alimentícios, esteve predominantemente ao encargo de pequenos produtores sendo uma atividade mesclada de tradicionalismo. Os autores afirmam que “na prática, o crédito barato e a modernização estiveram ligados às culturas de exportação; a produção de culturas alimentares permaneceu em grande parte uma atividade mais tradicional de pequenos agricultores.”¹⁹

Evidentemente, compartilhamos com a parte fulcral dos argumentos dos autores mencionados, entretanto consideramos que o crescimento urbano, aliado ao desenvolvimento industrial e ao aumento da demanda de alimentos, fomentou em grande medida o processo de modernização e mecanização da agricultura de abastecimento. Sobretudo a partir dos anos 80 essa modalidade agrícola perde muito dos resquícios tradicionais, incorporando à sua práxis, tecnologias plenamente avançadas e em contínuo desenvolvimento, mesmo porque o

¹⁹ GOLDIN; REZENDE, 1999, p. 19

crescente elevação da demanda já acarreta em si o aumento das exigências junto ao setor produtivo.

2.4 – Influências da Estrutura Agrária e do Crédito Rural no Processo de Modernização do Agro-nacional

Para compreendermos a dinâmica de distribuição de crédito no Brasil, temos que salientar em traços gerais dois pontos fundamentais na história da agricultura brasileira. São eles, respectivamente, a estrutura fundiária brasileira e o papel indelével da agricultura na geração de recursos para o país, principalmente através das exportações. A respeito da importância econômica e da influência política exercida pela agricultura no cenário nacional.

Gonçalves Neto destaca que:

Foram as divisas geradas pelas exportações agrícolas que financiaram o surto da industrialização substituidora de importações: será o setor agrícola quem fornecerá o formidável contingente de mão-de-obra excedente que permitirá o avanço da indústria no período do milagre; também o salário das massas urbanas, transferidas do setor agrário nos anos 60, dependerá da oferta de produtos da cesta básica do trabalhador [...]²⁰

O contexto histórico brasileiro sempre conferiu à agricultura uma importante atribuição econômica, isso fez com que a influência e o poder de pressão dos grandes produtores e agropecuaristas, exercidos sobre o Estado, sempre fosse consideravelmente relevante. A economia do Brasil, em certa medida, assumiu por muito tempo uma relação de ‘dependência’ relativa às atividades produtivas desenvolvidas na esfera da agricultura. Certamente, a partir de meados dos anos 1960, quando o Estado brasileiro tornou-se o principal baluarte da modernização econômica e consequentemente modernização-mecanização do setor agrícola

²⁰ GONÇALVES NETO, 1997, p. 142.

nacional, os idealizadores dos planos e diretrizes que visavam consolidar efetivamente o desenvolvimento econômico brasileiro, levaram em consideração os vários precedentes históricos da agricultura, tanto que perceberam, a princípio, a impossibilidade de modernizar a economia, sem modernizar, concomitantemente, os principais setores produtivos no campo. O tão propalado desenvolvimento do país não poderia ser efetivado se tivesse seus princípios aportados unicamente na unilateralidade de expandir e aprimorar unicamente o setor urbano-industrial, face ao expressivo papel desempenhado pela agricultura na economia brasileira.

Outro fator que assume muita relevância, em relação à difusão da implementação tecnológica no campo, é o modelo da estruturação fundiária do país, pois no Brasil sempre prevaleceu o predomínio das grandes propriedades, como sendo um apanágio intrínseco à estrutura agrária brasileira.

Salientamos novamente a questão de que desenvolvia-se nas grandes fazendas a agricultura expansiva voltada para o comércio exportador, ficando sob a responsabilidade dos pequenos produtores o abastecimento do mercado consumidor interno. Esses produtores trabalhando em reduzidos lotes de terra tinham a seu encargo produzir os gêneros alimentícios para abastecer o mercado nacional. A grande maioria desses trabalhadores foram cerceados ou tiveram limitado acesso às inovações tecnológicas, sobejamente acessíveis aos grandes latifundiários. Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, isso para não mencionarmos a imensa gama de trabalhadores rurais não proprietários (meeiros, arrendatários e trabalhadores assalariados) que praticamente ficaram impossibilitados de usufruir dos avanços técnicos. Não obstante estes percalços, o pequeno produtor rural ainda tinha que enfrentar outros empecilhos, tais como as políticas de tabelamento e controle de preços, impostas pelo governo com o intuito de gerenciar a economia e garantir as

exportações, também temos que citar as intempéries climáticas, que muitas vezes inviabilizavam significativamente uma parcela da produção, conferindo inevitáveis prejuízos aos produtores.

A estrutura agrária brasileira pode notoriamente nos apresentar algumas constatações interessantes. De acordo com os dados cadastrais de 1972, observamos que os imóveis menores a 100 ha., ocupam 20% da área cadastrada e representa 80% dos imóveis do país, sendo ainda responsáveis por uma taxa superior a 50% da produção de gêneros alimentícios como o arroz, o feijão, a fava, a mandioca e o milho, entre outros. Contraditoriamente, as propriedades com áreas respectivamente maiores a 2000 ha., mesmo possuindo 40% da área total cadastrada, contribuem reduzidamente com menos de 10% dos produtos supracitados.²¹

Diante de tais paradoxos tem-se ainda o agravante da histórica pauperização, do abandono e falta de assistência de vários matizes, que prejudicam inexoravelmente o desempenho e, sobretudo, a permanência e sobrevivência dos pequenos produtores e trabalhadores não-proprietários, nas áreas rurais. Isso por sua vez já configura um significativo motivo de fomento à migração desses trabalhadores, diante da miserabilidade de suas condições, vendo no êxodo uma possível alternativa de saída para sua insustentável situação.

As ações protagonizadas pelo Estado e orientadas pelos interesses de expressiva amplitude do capitalismo internacional, promovem a consolidação, no Brasil, da desigualdade na estrutura agrária e obstaculizaram quaisquer tentativas de se viabilizar a redistribuição personificada na quase utópica reforma agrária. No paradigma de desenvolvimento capitalista

²¹ Cf. SILVA, 1981, p. 30-40.

brasileiro, a grande propriedade torna-se uma das principais pilstras de sustentação do arcabouço econômico constituído. De acordo com Silva: “a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança com o capital e a grande propriedade sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra.”²²

Diante da perspectiva modernizante faz-se necessário reafirmar o já redundante argumento que evidencia a inestimável importância atribuída às políticas de subsidio e financiamento, instituídas pelo governo visando, em última instância a efetiva implementação de seu projeto de modernização. Dentre as políticas referidas, o crédito rural, institucionalizado pelo SNCR assume uma amplitude bem maior em relação às políticas semelhantes, possuindo uma repercussão majoritariamente disseminada no meio político e acadêmico. O crédito rural transforma-se no principal arquétipo, pelo qual o Estado consubstancia a distribuição dos recursos de financiamento, destinados a promover a transformação do setor rural. Evidentemente as ações do Estado são extremamente direcionadas e não abrangem a totalidade de produtores e regiões do país. Muitos foram e ainda são os agricultores privados da utilização destes recursos, na medida em que não tinham acesso às verbas do crédito rural. Os planos do governo privilegiaram amiúde as regiões Sul e Sudeste, parcialmente o Centro-oeste e muito esporadicamente o Norte e o Nordeste. Podemos constatar com absoluta facilidade que ainda hoje, em muitas regiões do país ainda persistem formas rústicas de cultivo e métodos rudimentares de produção, abundantemente onde ainda predomina a agricultura de subsistência praticada por pequenos produtores, geralmente em regime familiar, principalmente nas regiões áridas, semi-áridas e interioranas do país, onde a tecnologia definitivamente não chegou, no advento do século XXI.

²² Cf. SILVA, 1981, p. 36.

Os principais requisitos exigidos na concessão do crédito rural já excluem, em princípio, os pequenos produtores, uma vez que o crédito só era concedido mediante precauções ressarcitivas legais que asseguravam a restituição dos recursos disponibilizados. Dessa forma, a penhora de bens e propriedades tornou-se procedimento trivial nas transações de empréstimos. Os bancos e órgãos financiadores apoiavam-se intensamente na legislação que pautava os contratos firmados. Essas medidas tomam evidente o favorecimento aos grandes proprietários que açambarcavam a maior parte das verbas.

Os baixos juros e a fixação das taxas possibilitaram a considerável expansão do crédito rural, predominantemente a partir e durante a década de 1970. A **Tabela 2** nos permite observar o movimento da expansão do crédito rural que aumentou em 123% entre os anos de 1970 e 1980.²³

Tabela 2
FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS RURAIS
Total de Todos os Estabelecimentos de Crédito
– 1970 a 1980 –

Quantidade: 1000
Valor: Cr\$ milhões

Ano	NÚMERO		VALOR	
	Custeio	Total Geral	Custeio	Total Geral
1970	649,2	1.190,6	4.124,3	9.248,0
1971	686,0	1.252,8	5.600,3	12.869,7
1972	687,1	1.266,2	7.772,8	18.668,8
1973	770,6	1.399,7	12.953,5	30.333,9
1974	789,5	1.450,4	21.734,5	48.272,8
1975	1.076,5	1.856,1	39.446,2	89.997,1
1976	1.059,2	1.832,2	54.957,8	130.226,2
1977	1.011,4	1.722,2	78.428,4	165.858,7
1978	1.103,5	1.895,5	111.566,1	233.942,5
1979	1.375,4	2.373,5	225.693,7	448.730,9
1980	1.876,5	2.766,1	486.156,7	859.193,1

Fonte: Banco Central, Departamento de Crédito Rural
– Dados Estatísticos, 1979 e Dados Estatísticos Trimestrais, 1980.

O Banco do Brasil teve uma participação efetiva no processo de distribuição das verbas do crédito rural. Em 1981, 75,7% do crédito destinado às atividades rurais era de

²³Cf. MUNHOZ, 1982, p. 21-54.

responsabilidade única do Banco do Brasil, enquanto que os bancos privados compunham uma participação de aproximadamente 20%.

Entre 1973 e 1980 o número de financiamentos de custeio de lavoura passou de aproximadamente 450 mil para 1,2 milhão. No mesmo período a expansão da área financiada foi de 13 milhões de hectares em 1973, atingindo 34,7 milhões em 1980²⁴. A **Tabela 3** nos permite visualizar com maior nitidez o crescimento dos índices relacionados ao setor agrícola, evidenciando a ascensão expansionista pela qual passou a agricultura brasileira entre os anos de 1970 e 1980, nos permitindo conjecturar os indícios das implicações que este fato acarretaria.

Tabela 3
BANCO DO BRASIL – CUSTEIO DE ENTRESSAFRA
Créditos Concedidos e Área Financiada – 1973 a 1980 –

Ano	Número de Contratos (1000) (A)	Área Financiada (1000 Ha) (B)	Crédito Concedido Cr\$ milhões (C)	N.º Hectares por Contrato (D = B/A)	Crédito Concedido por Contrato – Cr\$ 1.000 Hectares – Cr\$ 1.000			
					Vrs. Correntes (E = C/A)	Cr\$ de 1980 (F)*	Vrs. Correntes (G = C/B)	Cr\$ de 1980 (H)*
1973	446,5	13.067,3	7.157,1	29,3	16,0	432,4	0,55	14,9
1974	480,6	14.522,6	12.980,7	30,2	27,0	375,0	0,89	12,4
1975	524,7	16.803,9	21.536,2	32,0	41,0	440,9	1,28	13,8
1976	604,0	20.993,3	36.388,4	34,8	60,2	474,0	1,73	13,6
1977	585,1	24.159,9	52.624,8	41,3	89,9	519,7	2,18	12,6
1978	632,8	26.916,0	73.848,9	42,5	116,7	457,6	2,74	10,7
1979	850,5	33.248,7	164.029,6	39,1	192,9	403,6	4,93	10,3
1980	1.222,6	34.661,0	355.449,4	28,4	290,7	290,7	10,03	10,3

Fonte: Banco do Brasil S.A. – DEPEs

Verificamos a existência de análises, sobretudo aquelas construídas a partir do ponto de vista econômico que acreditam na idéia de que a política de crédito agrícola favoreceu de certo modo às propriedades de menor porte e pequenos e médios produtores, na medida em que os recursos produzidos através das culturas de exportação, provenientes das grandes propriedades por sua vez altamente produtivas, acabaram favorecendo as demais culturas de

²⁴ Cf. MUNHOZ, 1982, p. 46.

* Valores Deflacionados pelo Índice de Preços Pagos pelos Agricultores.

menor porte voltadas para o mercado interno. Não pretendemos refutar tal argumentação, entretanto, possuímos uma opinião divergente sobre grande parte dessa questão. Não acreditamos que a forma utilizada pelo governo para repassar os recursos, realizou uma distribuição eqüitativa que trouxesse privilégios aos pequenos e médios produtores. Pelo contrário, os pequenos produtores obtiveram uma pequena e ínfima parte das verbas, ao passo que os grandes produtores lograram meios de enriquecimento, pela utilização tecnológica implementada na sua maioria através de recursos obtidas a juros muito abaixo das taxas de mercado e com amplas condições de pagamento com prazos elásticos.

O desvio das verbas pelos produtores que não eram obrigados a investir todo o capital tomado de empréstimo em tecnologias, também permitiu o enriquecimento de significativa parcela dos mesmos, os quais agiam livremente devido à inexistência de uma política de controle por parte do estado.

Ainda assim, o crédito rural tornou-se fator fundamental de acesso tecnológico e modernização no campo. Todavia, é necessário enfatizarmos que essa modernização não é unânime, muitos produtores e várias regiões do país não foram contemplados pela política modernizante do governo, sendo, na maioria das vezes, segregados, sofrendo, evidentemente, as consequências econômicas e sociais desta exclusão.

Entre 1970 e 1980, pode-se constatar o expressivo aumento de produção de produtos exportáveis, em especial a soja e o café, e o pouco crescimento quando não o declínio dos produtos alimentares, com exceção do trigo, destinados ao consumo e ao mercado interno, atividade geralmente praticada pelos pequenos produtores, obviamente em áreas menores. A

Tabela 4 demonstra o contraste entre o crescimento das culturas exportáveis e o declínio do cultivo de gêneros alimentícios de abastecimento das necessidades de consumo do país.

Tabela 4

Brasil: Taxas de Crescimento Médio Anual das Quantidades Produzidas e dos Rendimentos Físicos de Lavouras Seleccionadas – 1961/70 e 1971/80 (%)

LAVOURAS SELECIONADAS	QUANTIDADES PRODUZIDAS		RENDIMENTOS FÍSICOS	
	1961/70	1971/80	1961/70	1971/80
Produtos exportáveis				
Soja	17,9	18,6	0,8	1,1
Laranja	6,1	11,8	0,7	3,0
Açúcar	3,2	7,0	0,9	2,4
Fumo	4,2	6,8	3,0	2,7
Cacau	3,6	5,6	-1,9	-2,6
Café	-9,1	-3,1	4,6	5,2
Algodão	0,8	-4,8	-1,4	-3,0
Produtos de consumo interno				
Trigo	11,8	6,9	2,0	1,1
Milho	4,8	2,6	-1,5	-0,3
Arroz	2,8	2,7	-0,3	-4,6
Mandioca	5,5	-2,2	0,9	1,3
Feijão	3,5	-2,7	1,2	-2,4

Fonte: IBGE

Nota: As taxas acima foram obtidas por ajuste exponencial.

Ainda a respeito do crédito rural, no intuito de reforçar nossos argumentos de que ele predominantemente ofereceu maiores privilégios aos grandes produtores e, em especial, a algumas regiões do país, neste momento recorremos às palavras de Goldin e Rezende ao afirmarem que:

Um exame mais detalhado da distribuição de crédito revela que ele foi vantajoso principalmente para as culturas de exportação concentradas no Centro-sul do país. Enquanto o Nordeste foi responsável por aproximadamente 22% do valor da produção agrícola vegetal no final dos anos 70, apenas 12% do total do crédito agrícola foram dirigidos para aquela região. Estima-se que na década de 70 apenas 20 e 25% dos produtores agrícolas receberam crédito concedido pelo sistema oficial, e que menos de 5% dos agricultores receberam mais da metade do crédito total concedido [Banco Mundial (1989)].²⁵

Sem conseguir lograr expressivas quantias, via crédito subsidiado, os pequenos produtores foram alijados da atmosfera tecnológica que veio assumindo, gradativamente,

²⁵ GOLDIN; REZENDE, 1999, p. 24-25.

maior espaço no campo. Se, por um lado os avanços da técnica expandiam-se pelo âmbito rural, de outro, o pequeno produtor e o trabalhador rural de modo geral foram perdendo em medida inversa à ‘disseminação’ tecnológica, o seu espaço de atuação na agricultura.

Impossibilitados de modernizar seus meios de produção, esses trabalhadores foram aos poucos perdendo as condições de manter suas atividades na agricultura, não restando outra saída senão a busca de novas alternativas de sobrevivência, uma vez que no campo restringiam-se gradualmente as oportunidades de permanência.

Dessa forma, o processo de migração para as cidades ganha uma impetuosidade de extrema relevância, consolidando ainda mais o fato de que o Brasil deixa de ser um país eminentemente rural, tornando-se predominantemente urbano, como podemos verificar através da análise dos Censos de 1970 em diante, que apontam para a transformação nos contornos do país.

O processo de introdução tecnológica no campo e modernização da agricultura, em suma, caracterizam a avassaladora entrada de capital estrangeiro no mercado brasileiro ligado às atividades rurais. O complexo agro-industrial utiliza-se de várias técnicas promocionais com o intuito de impor os seus produtos no mercado, entre os quais destacam-se os recursos propagandísticos, redes de assistência e acompanhamento ao produtor. Nessa medida a agroindústria assume uma importante função no processo de modernização da agricultura. Em alguns casos ela promove parte da modernização para ampliar as fronteiras de alcance dos seus produtos. São notórios os exemplos disso; a indústria de carne englobando as atividades da suinocultura, avicultura e bovinocultura, a indústria de sementes melhoradas e novas variedades, a indústria química de fertilizantes, defensivos e produtos de uso veterinário,

dentre outras. O autor Sorj relata de forma interessante, suas impressões a respeito da influência que o setor agro-industrial, conjuntamente com o Estado, exercem direta e indiretamente no conjunto da modernização e utilização tecnológica na agricultura brasileira.

De acordo com ele:

[...] o conjunto da agroindústria de insumos para a produção de carnes animais tem uma importância central na promoção e venda de seus produtos, e o maior incentivador para o seu uso são os órgãos de extensão rural e assistência governamentais. Eles promovem constantemente a modernização da agricultura, e, desse modo, se posicionam como os maiores propagandistas dos insumos industriais.²⁶

A produção tecnológica e disseminação de técnicas modernas no contexto agrícola brasileiro, mesmo que de forma disforme e seletiva, a nosso ver produz uma outra faceta, que sumariamente mencionamos ao longo deste capítulo, que consiste na expulsão de pequenos proprietários, pequenos produtores e trabalhadores rurais em geral, de seu campo de trabalho, gerando o êxodo dessas pessoas rumo às cidades e a outras regiões, uma vez que tais pessoas não resistem à insuficiência econômica que os acomete. Ao longo do próximo capítulo nosso intuito consistirá em analisar as proporções que esse fato assume na região de Uberlândia e suas adjacências. Tentaremos constatar de que forma essa transformação se processa na região em estudo, bem como os efeitos e as conseqüências advindas dessa mudança.

²⁶ SORJ, 1980, p.41

CAPÍTULO III

MUDANÇAS NO CONTEXTO AGRÍCOLA E ÊXODO RURAL EM UBERLÂNDIA (1970-1980)

3.1 – Incentivos à implementação da modernização agrícola em Uberlândia

No decurso dos capítulos precedentes, nossa intenção consolidava-se no intuito de realizar um breve exercício de contextualização, buscando arrimos teóricos que nos permitissem inserir nossas análises relativas a um objeto mais específico e menos abrangente. Esse objeto supracitado é o nosso estudo referente às transformações processadas no âmbito da agricultura no município de Uberlândia e regiões circunvizinhas e ainda o impulso que tais mudanças fornecem ao processo de migração campo-cidade e urbanização na região. Nesse sentido as proposições que apresentamos no primeiro e segundo capítulos, nos quais os nossos esforços consistiam em apresentar algumas reflexões gerais enfocando as transformações no agro-nacional, as ações governamentais e a inserção tecnológica promovendo a modernização das práticas agrícolas em várias regiões do país. Compõem um esforço na tentativa de dimensionar e localizar nosso objeto de análise, estabelecendo ou minimamente procurando estabelecer as inexoráveis relações existentes entre as conjunturas local, regional e nacional. Na medida em que a realidade local não é, de nenhuma maneira, dissociada do contexto geral nacional e, apesar das nuances e matizes diferenciados que algumas regiões apresentam em relação a outras, nos aspectos produtivo, econômico, climático, geográfico e nas próprias relações de produção; em suma, todas as regiões são instadas a adequar-se às diretrizes gerais estabelecidas pelas lideranças políticas, econômicas e administrativas do país. Desta forma, acreditamos que as modificações na estrutura local e regional não estão desvinculadas do

processo geral ocorrido em nível nacional, e nessa medida buscamos situar nosso estudo no interior desse contexto mais amplo.

Como salientamos anteriormente, o Estado constitui-se no principal financiador da modernização da agricultura brasileira, e nesse interim, o Banco do Brasil tornou-se a principal agência repassadora e distribuidora dos recursos financeiros. Podemos observar que mesmo o governo utilizando mecanismos compulsivos, visando aumentar a participação dos bancos privados na disponibilização de recursos para financiamentos. O envolvimento e a efetiva participação de bancos e agências econômicas privadas em todo o processo atingiu pouco mais de 20% do montante de recursos colocados à disposição, através dos serviços de crédito. Como percebemos as medidas adotadas pelo governo, tendo em vista reduzir a participação do Banco do Brasil na disponibilização e distribuição de verbas não logrou alcançar expressivos resultados, uma vez que o Banco do Brasil ficou sobrecarregado com quase 80% dos recursos ficando sob sua responsabilidade. Nessa perspectiva, o município e principalmente a cidade de Uberlândia assume uma imprescindível função no oferecimento de serviços de crédito, sobretudo os empréstimos destinados aos financiamentos rurais, pois os recursos viabilizados pelo governo para a região do Triângulo Mineiro eram distribuídos em sua grande maioria pelas agências do Banco do Brasil situadas na cidade de Uberlândia, que já nos anos 70 havia tornado-se importante pólo de concentração urbana da região.

A importância do Banco do Brasil no SNCR sendo muito expressiva, levou muitos autores a denominar este processo de ‘estatização do crédito rural’. Não é nenhuma novidade o apoio que a imprensa ofereceu aos governos militares no Brasil, assumindo ainda a atribuição de órgão divulgador da ideologia estatal através do seu aparato de mobilização e do peso que assume na formação da opinião pública. Analisando alguns dos jornais de relativa

circulação na cidade de Uberlândia na década de 1970, podemos encontrar matérias que manifestam explicitamente seu apoio ao governo e enaltecem sobremaneira a participação do Banco do Brasil no financiamento agropecuário. Em uma matéria publicada no jornal *Tribuna de Minas* podemos perceber nitidamente a manifestação de apoio à política do governo e à postura do banco do Brasil no interior dessa política:

Há mais de cinquenta anos, o Banco do Brasil vem prestando seus serviços na área do triângulo Mineiro a Alto Paranaíba, ao comércio, à indústria e especialmente à agropecuária de Uberlândia e região. O Banco do Brasil, empresa genuinamente brasileira, foi antes e depois da Revolução [Golpe de 1964] o sustentáculo da economia brasileira, especialmente para nossa região, onde através de financiamentos a todos os setores participa ativamente de todas as realizações que aqui acontecem.²⁷

No decurso dos anos que compõem a fase do chamado ‘Milagre Econômico’, com o notável crescimento da economia naquele período, o governo pôde disponibilizar grandes somas para empréstimos a juros relativamente baixos. Passado a euforia da fase do ‘Milagre’, a economia brasileira sofreu novo processo de estagnação, e evidentemente esse refluxo na economia fez com que o montante de verbas disponíveis para financiamentos e empréstimos a juros acessíveis diminuísse consideravelmente, mudando de forma sensível a dinâmica dos subsídios governamentais.

No primeiro momento, com o crescimento econômico do país, tornou-se possível ao governo ampliar as linhas de crédito, indo ao encontro dos interesses das indústrias de produtos de insumos e máquinas agrícolas, em sua maioria controladas pelo capital externo. É notório o poder de pressão que os proprietários dessas indústrias exercem junto ao governo, influenciando indiretamente nas diretrizes do projeto modernizador, conciliando seus interesses econômicos à pauta política de ação do governo. A mídia em geral assume uma

²⁷ BANCO do Brasil Presença Constante. **Tribuna de Minas**, Uberlândia, 13 out. 1973. p. 08.

função de extrema relevância, enquanto órgão divulgador junto à população, e em se tratando do projeto de modernização do agro-brasileiro, ela assume uma dupla função essencial, promovendo em última instância a conexão entre as propostas e ações políticas com o marketing dos produtos protagonistas da modernização, através das ilustrações e propagandas de alto potencial persuasivo, que incidiam com absoluta veemência no almejado alvo, composto, obviamente, pelos produtores rurais e proprietários de modo geral. Podemos perceber essa relação ao analisarmos uma matéria veiculada no início de década de 1970 no jornal *Correio de Uberlândia*, visando promover a conscientização dos produtores uberlandenses e concomitantemente a sua adesão ao projeto modernizador, enfatizando os ganhos com a implementação tecnológica, aliados às possibilidades oferecidas pelas metas governamentais de desenvolvimento do agro-nacional:

Você pode exigir tudo da terra. Mas dê algo em troca, além de amor. Dê fertilizantes. Corretivo de Solo. Use sementes e mudas seleccionadas. O Governo oferece crédito fácil com juros reduzidos, para você adquirir tudo isso... Acaricie a sua terra com um trator... O Governo está convocando os agricultores a ganhar mais dinheiro... Existe o mercado externo que o Brasil quer inundar, colocando os seus produtos... Plante.²⁸

Podemos observar nas palavras do jornal a conclamação aos produtores no sentido de adotar as práticas modernas de cultivo, assegurando o aumento da lucratividade por meio da implementação tecnológica. O acesso à modernização é viabilizado através de empréstimos, pois o governo coloca à disposição recursos financeiros com abundância e facilidades de pagamento com juros baixos.

A imprensa uberlandense, representada pelo jornal *Correio de Uberlândia*, reflete o furor que caracteriza os textos jornalísticos referentes ao financiamento agrícola, mormente o crédito rural, em um momento histórico onde os cofres públicos e o tesouro nacional pareciam

²⁸ ALIMENTE quem lhe dá Alimentos. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 26 set. 1970, p. 07.

distantes da exaustão. Após meados dos anos 70, quando a economia nacional há se encontrava em refluxo, a linguagem jornalística adquire mais objetividade e perde um pouco o tom poético e suave do princípio da década. Entretanto, o tom persuasivo e o enaltecimento da postura governamental persistem, com o intuito valado de mobilizar os produtores tendo em vista o crescimento e desenvolvimento econômico amparado pelo desenvolvimento da agricultura, uma vez que esta é um dos principais elementos do arcabouço econômico brasileiro.

Percebemos que o enfoque do jornal assimila o racionalismo e compatibiliza-se com a realidade econômica vivenciada pelo país. É possível realizar tais constatações analisando outra matéria publicada na segunda metade dos anos 70 no jornal *Correio de Uberlândia*.

Uma agricultura que responde por 60% das nossas exportações. Merece o aplauso de todos os brasileiros e atenções muito especiais do Governo. Estas atenções vêm sendo dadas a todos os agricultores que estão conscientes de que o ritmo de desenvolvimento do País depende fundamentalmente de uma agricultura nacional, inteligente, forte. Utilize os instrumentos do Governo, através do Banco do Brasil, financiando não só a mecanização da sua lavoura, como a compra de sementes, corretivos, fertilizantes, defensivos suportes necessários para uma colheita mais abundante, capaz de satisfazer seu interesse e também o de milhões de brasileiros que precisam de sua produção.²⁹

O texto é objetivo, mas ainda possui um matiz apelativo que o caracteriza, na medida em que conscientiza os produtores a respeito da importância da agricultura na esfera econômica e estimula-os a efetivar a mecanização, consolidando dessa forma, paulatinamente, o projeto modernizador do agro-nacional. Os jornais citados consubstanciam-se em imprescindíveis órgãos de veiculação da política modernizante nacional, promovendo o enaltecimento das ações do governo e ainda divulgando, de forma propagandística comercial, os produtos das empresas e indústrias do parque agro-industrial, que vai lentamente espalhando seus tentáculos por áreas ainda inexploradas do ponto de vista da rentabilidade

²⁹ CONTA Gotas: Mecanize sua Lavoura. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 02 e 03 out. 1976, p. 04.

lucrativa, intrínseca ao capitalismo. Aos poucos vão ganhando vulto os investimentos em pesquisas nos mais variados campos da produção agro-industrial, desenvolvendo-se novas variedades de sementes, fertilizantes mais eficazes, máquinas mais potentes e ágeis, efetivando-se, ao menos na perspectiva técnico-produtiva, avanços no campo da modernização das práticas agrícolas.

São pródigas, durante a década de 1970, as matérias de jornais e propagandas, nos informativos diários de Uberlândia, em especial os já citados ao longo do estudo, que enaltecem os arquétipos modernizantes e divulgam os produtos industrializados voltados para o implemento agrícola.

O ímpeto modernizante promove em seu entorno a configuração de pólos industriais de fabricação, beneficiamento e transformação, estocagem, transporte, produção e aperfeiçoamento de máquinas, implementos e insumos. Lobato, em seu estudo sobre a questão das propagandas jornalísticas relacionadas ao rural na região de Uberlândia, enumera algumas das principais indústrias que se instalaram na região do Triângulo Mineiro a partir dos anos 70:

(...) as indústrias de transformação situadas à jusante da agricultura, como as fábricas de produtos agrícolas, que se encontram espalhadas pelo país nas regiões ditas privilegiadas, como as indústrias de abate de animais (por exemplo: o Frigorífico Caiapó S.A.; Frigorífico Omega S.A.; Frigorífico Ituiutaba do grupo CARFEPE), as indústrias de couro e peles (por exemplo: Curtume Tamoio S. A.), as indústrias de beneficiamento e moagem de café, trigo, milho, arroz e outros (por exemplo: o Moinho Sete Irmãos, do grupo CARFEPE, Cerealista Tupaciguara, Refinaria de Milho Ituiutaba S.A., entre outros), as indústrias de fabricação e refinação de açúcar (por exemplo: Companhia Açucareira Araporã S.A.), as indústrias de leite e laticínios (CALU, Cooperativa Agropecuária de Leite de Uberlândia), todas elas situadas na região do Triângulo Mineiro.³⁰

³⁰ LOBATO, 1996, p.20

A partir desses dados percebemos que o projeto modernizador sendo parcialmente efetivado, já promove modificações na estrutura geral da agricultura local e regional. Dentre as várias variantes advindas deste processo, enfocamos mormente o estímulo à industrialização nas regiões de alcance direto do complexo agro-industrial constituído. No caso de Uberlândia, pode-se perceber que a cidade recebe consideráveis impulsos diretos e indiretos, à industrialização e urbanização caracterizados por ressonâncias do desenvolvimento agrícola da região. Várias indústrias de beneficiamento instalam-se na cidade, ao mesmo tempo em que indústrias locais alcançam notório crescimento, podemos apontar as empresas do setor de avicultura, beneficiamento e processamento de leite e laticínios e as indústrias frigoríficas. Quanto à empresas de capital estrangeiro destacam-se na cidade as de industrialização de fumo (Souza Cruz), beneficiamento de grãos e citrus (Cargil). Essas empresas instalam-se em Uberlândia no final da década de 1970 e início dos anos 80, impulsionadas também por consideráveis incentivos fiscais, logrados junto ao poder executivo municipal. Com o desenvolvimento industrial gradativo, a cidade passa a receber crescentes fluxos de pessoas motivadas pelas oportunidades de empregos que a cidade passa a oferecer. Esse fenômeno proporciona a rápida urbanização e o aumento populacional significativo, nos anos que compõem o intervalo de 1970 a 1980 a população da cidade se multiplica, ao passo que a população rural do município diminui vertiginosamente; conforme podemos observar na **Tabela 5**, que demonstra a guinda populacional que Uberlândia sofreu a partir dos anos 50.

Tabela 5 – População de Uberlândia. Índices considerados em mil habitantes.

1950	1960	1970	1980
54.984	87.678	124.706	241.180

Fonte: IBGE – Censos Demográficos – MG 1950/1960/1970
Sinopse Preliminar – Censo Demográfico do Brasil/1980

Observamos que a intensificação da modernização no meio rural, promove a transferência crescente de pessoas para a zona urbana, na medida em que a mecanização das atividades produtivas dispensa quadros de trabalhadores, anteriormente ocupados na produção

agrícola. Nessa medida o êxodo rural é uma faceta e um dos efeitos produzidos pela modernização do agro-nacional. Esses reflexos podem ser analisados na região de Uberlândia, apesar da escassez de fontes e das dificuldades de pesquisa. Contudo, os dados censitários existentes nos permitem visualizar esta questão.

3.2 – Mecanização das práticas agrícolas e o êxodo rural no município de Uberlândia/1970-1980

O fenômeno da urbanização assume grandes proporções no Brasil, sobretudo a partir dos anos 50, gerando ao longo dos anos subsequentes crescimento de muitas cidades e a metropolização de algumas áreas do país. O processo de industrialização e o projeto modernizador implantados no Brasil pelas lideranças políticas à frente do Estado brasileiro, promoveram a partir da segunda metade do século XX, mudanças tangíveis no quadro populacional do país. A indústria nascente, principalmente no sudeste, carecia de mão-de-obra para alavancar sua continuidade, bem como o seu desenvolvimento. Isso fez com que um contingente crescente de pessoas migrassem rumo às cidades com pólos de concentração industrial em busca de oportunidade de emprego e possibilidades de assegurar sua existência, uma vez que em seus locais de origem viam tolhidas as perspectivas de permanecerem com um mínimo de dignidade. Esse fato possibilitou o crescimento inexorável de muitas cidades em detrimento da retração populacional das áreas rurais, configurando o êxodo rural, característico sobejamente nos anos 60 e 70, período em que podemos constatar através da análise dos censos demográficos, a inversão populacional que mudou a face do Brasil, propiciando a metamorfose do país que, anteriormente, era predominantemente rural e em pouco tempo transfigura-se em urbano.

Os efeitos dessa mudança são percebidos em nível nacional através do refluxo populacional de algumas regiões e do crescimento demográfico de outras. A cidade de Uberlândia experimenta um crescimento urbano fantástico a partir dos anos 60. A população urbana atinge em 1980 96,2% do total, enquanto a população rural restringe-se a 3,8% da população total do município. Esse movimento de migração campo-cidade pode ser melhor observado na **Tabela 6**, que demonstra a mudança nos percentuais entre os anos de 1950 a 1980, quando pode-se perceber o nítido contraste entre os índices de população urbana e rural no município.

Tabela 6 – População Urbana e Rural de Uberlândia. Índices considerando em mil habitantes

ANO	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	Absoluta	% Total	Absoluta	% Total
1950	34.866	63,4	20.118	36,6
1960	73.113	83,4	14.565	16,6
1970	110.289	88,5	14.417	11,5
1980	231.808	96,2	9.372	3,8

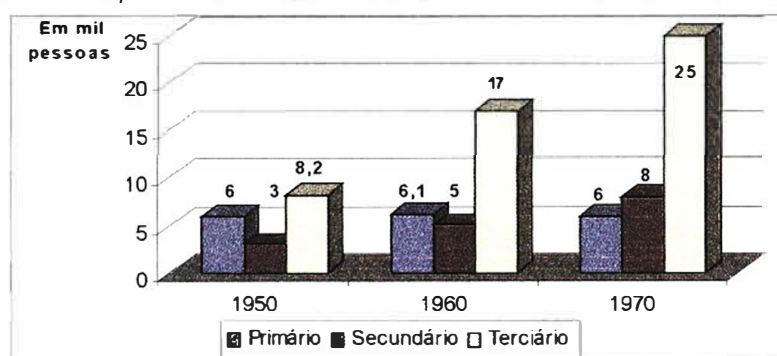
Fonte: IBGE – Censos Demográficos – MG – 1950/1960/1970
– Sinopse Preliminar – Censo Demográfico do Brasil – 1980

Analisando o processo de urbanização brasileiro, Milton Santos observa que “o campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos”³¹. O êxodo rural na cidade de Uberlândia pode ser percebido com maior nitidez no decurso dos anos 70, com o desenvolvimento da urbanização e do processo de industrialização que começa a caracterizar-se na cidade. Em sua análise sobre a região dos cerrados, Gusmão (1979) observa que em comparação às demais regiões componentes do Triângulo Mineiro, Uberlândia assume destaque como sendo uma das áreas em que ocorreram significativas perdas de população rural em decorrência do

³¹ SANTOS, 1994, p.10

desenvolvimento urbano³². A evasão da população rural pode ser percebida pela análise dos números da população economicamente ativa por setor de atividade, em Uberlândia. Observamos que o quociente de pessoas ocupadas no setor primário permanece praticamente estável entre os anos de 1950 a 1970, enquanto que os setores secundário e terciário analisados no mesmo período, apresentam um notável crescimento, denunciando dessa forma o predomínio das relações econômicas desenvolvidas na cidade, em relação ao setor primário, que em sua maioria é composto por atividades relacionadas à agricultura. O **Gráfico 1** permite ilustrar com mais precisão estas informações.

Gráfico 1
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE-UBERLÂNDIA



FORNTE: IBGE – Censos Demográficos – MG 1950/1960/1970

Em relação à industrialização concernente à cidade de Uberlândia, podemos perceber que esse processo está equacionado ao crescimento demográfico e à migração campo-cidade. Essa conjugação de fatores promove o crescimento acelerado da cidade, que passa de uma população de 54.984 habitantes em 1950, para atingir 241.180 habitantes em 1980, configurando um pródigo aumento no período de 30 anos. De acordo com Pessoa (1982): “Esse surto industrial verificado a partir da década de 70, transforma a economia do município, tradicionalmente baseada na agricultura e pecuária. As transformações são evidenciadas quando verificamos o crescimento do setor secundário e sobretudo, terciário, a

³² GUSMÃO, et al., 1979.

partir dos anos 50.”³³ As indústrias assumem uma função muito relevante na economia do município, como salientou Pessoa. Essas indústrias paulatinamente vão se transformando em receptáculos absorventes de mão-de-obra, intensificando o êxodo rural na região. A **Tabela 7** traz elencadas as principais indústrias de Uberlândia no ano de 1978, possibilitando perceber os principais índices do quadro ocupacional naquele momento histórico.

Tabela 7 – Principais Indústrias de Uberlândia – 1978

ESPECIFICAÇÃO	Nº de Firmas	Número de Operários			
		Homens	Mulheres	Total	% Total
Extração de produtos vegetais e minerais.	18	189	8	197	2,5
Minerais não metálicos.	47	779	-	779	9,8
Metalurgia.	70	797	25	822	10,3
Mecânica.	13	169	-	169	2,1
Material elétrico e de comunicação.	10	62	-	62	0,8
Material de transporte.	11	276	-	276	3,5
Madeira e mobiliário.	57	1036	-	1036	12,9
Papel e papelão.	5	38	15	53	0,7
Borracha e produtos de matéria plástica.	16	134	13	147	1,8
Química, produtos farmacêuticos e medicinais, perfumaria e sabão.	17	168	50	218	2,7
Têxtil, couro e calçados.	74	445	741	1186	14,8
Produtos alimentares e bebidas.	126	1050	905	1955	24,5
Fumo.	1	476	300	776	9,8
Editorial e gráfica.	35	139	22	161	2,1
Diversos.	30	110	29	139	1,7
TOTAL	530	5868	2108	7976	100,0

FONTE: Prefeitura Municipal (1978). Uberlândia: a grande razão. Uberlândia.

Aliado a crescimento industrial podemos mencionar outro fator que influenciou em grande medida o processo de migração campo-cidade na região em estudo. Esse fator consiste exatamente na elevação gradual dos percentuais de mecanização e a conseqüente modernização do processo produtivo estabelecido no âmbito agrário regional. Com a introdução das máquinas e das novas técnicas de produção rural, o homem do campo e sobretudo o trabalhador eminentemente rural experimentam uma mudança em seu modo de vida, vendo transformar-se o seu ritmo de trabalho e seu relacionamento direto com os meios produtivos. Uma gama considerável de trabalhadores que até então eram parte essencial das

³³ PESSÓA, 1982, p.28

relações produtivas e imprescindíveis para a própria efetivação da atividade produtiva agrícola, passam a ser dispensáveis com a inserção da tecnologia moderna.

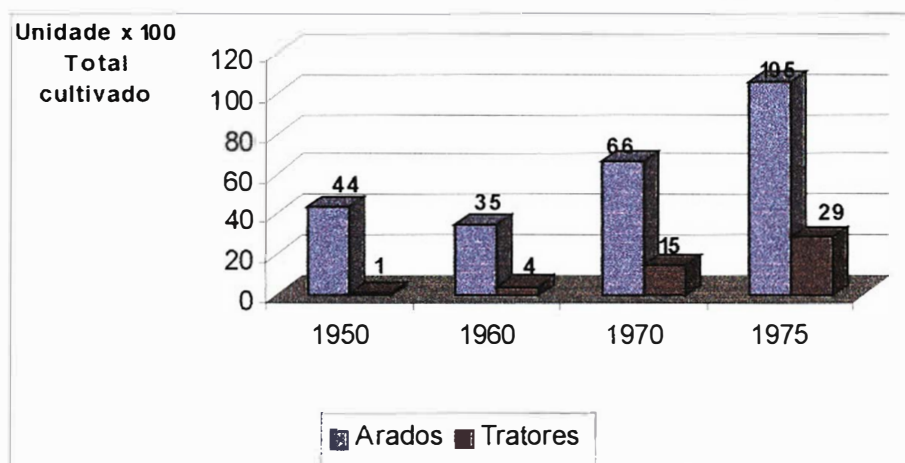
Devemos ressaltar a situação do pequeno produtor, que na maioria das vezes não era beneficiado pelos subsídios governamentais, e não dispunham de recurso para a aquisição de tecnologias, que demandam investimentos de grandes quantias. Nessas circunstâncias esse pequeno produtor, diante de sua impossibilidade financeira, é submetido a um dualismo por um lado de poder optar em manter sua pequena produção baseada em métodos tradicionais e arcaicos, ou optar pela venda de suas terras (no caso dos pequenos proprietários) e abandonar o campo partindo em busca de novas formas de sobrevivência, geralmente migrando para a cidade, perscrutando oportunidades de emprego ou investimento em pequenas atividades subsidiárias, ou ainda, ingressam no mercado informal que vem crescendo bastante nas áreas urbanas de grande concentração populacional.

A **Tabela 8** nos mostra dados referentes aos gastos com insumos na agricultura em Uberlândia a partir dos anos 20 até 1975. Podemos observar o gradativo aumento nos gastos com fertilizantes, sementes e mudas, inseticidas, rações para animais e medicamentos de uso animal. Os números explicitados nesta tabela nos permite observar o contínuo crescimento dos gastos, com isso podemos realizar algumas conjecturas a respeito da exclusão do pequeno produtor. (Vide **Tabela 8** no anexo)

O aumento da utilização de arados e tratores na agricultura de Uberlândia, constitui um forte indício de mecanização implementada pelo município. Constatamos que o uso de máquinas e implementos sofreu notável crescimento a partir dos anos 70.

Gráfico 2

USO DE ARADOS E TRATORES NA AGRICULTURA DE UBERLÂNDIA

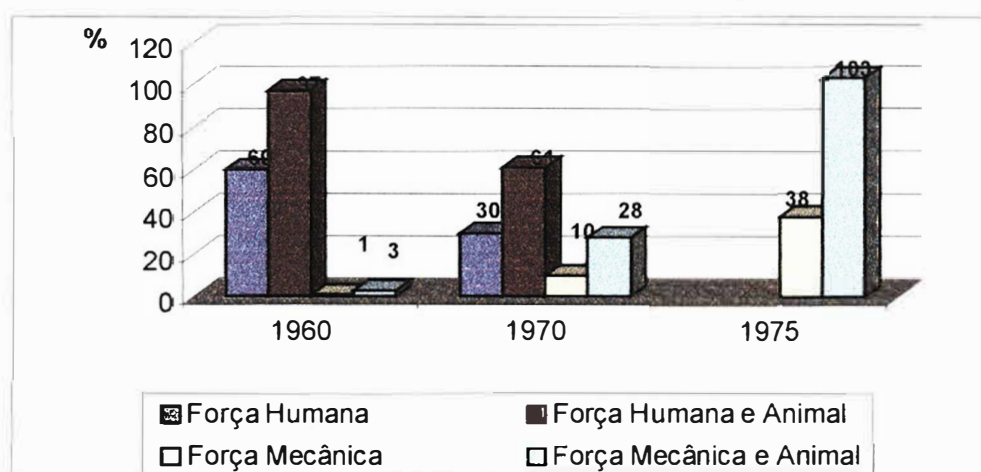


FONTE: IBGE – Censos Agropecuários – MG 1950/1960/1970/1975

Ao analisarmos a questão relativa à utilização de força de trabalho nos estabelecimentos rurais de Uberlândia, ficou claramente evidenciado que na mesma medida em que se estabelece o aumento no uso da força mecânica, pode-se perceber o declínio na utilização da força de trabalho humana. Este pode ser considerado como outro importante estigma que denuncia, a substituição da força de trabalho do homem pela força mecânica, fato que certamente proporciona expressivo fomento no processo de rural na região. O **Gráfico 3** ilustra estas informações.

Gráfico 3

USO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS – UBERLÂNDIA



FONTE: IBGE – Censos Agropecuários – MG 1960/1970/1975

Salientando a questão da intensificação no processo de mecanização da agricultura na região de Uberlândia, podemos observar o crescimento do número de arados, tratores e colheitadeiras por área cultivada, principalmente a partir dos anos 50. A **Tabela 9** traz a exposição destes números denotando o aumento da mecanização e demonstrando os traços da modernização.

Tabela 9
Utilização de Máquinas e Implementos Agrícolas na Agricultura – Uberlândia

ANO	Grupo área cultivada	Nº total de arados	Arados ÷ 100/ha cultivados	Nº total tratores	Tratores ÷ 100/ha cultivados	Nº total colheitadeiras	Colheitadeiras ÷ 100/ha cultivados
1920	4.641	20	0,4	-	-	-	-
1940	-	400	-	5	-	-	-
1950	1.318	585	44,3	10	0,7	-	-
1960	1.318	468	35,5	55	4,1	-	-
1970	1.353	891	65,8	224	16,5	343	25,3
1975	1.393	1.487	106,7	398	28,5	120	8,6

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários – MG 1920/1940/1950/1960/1970/1975

A expansão das técnicas modernas no seio agrícola promove o desenvolvimento e a especialização de várias atividades capitalistas, tanto no campo como também nas cidades. A penetração do capitalismo pode ser percebida por várias primas de interpretação e análise. Desenvolvem-se oficinas especializadas em máquinas e equipamentos agrícolas, ocupando um espaço em contínuo crescimento no mercado. O jornal *Tribuna de Minas* traz vários anúncios relacionados a essa questão, escolhemos um que pode oferecer alguns auxílios à nossa compreensão; o texto publicado em 1970 é o seguinte:

Lavourista! Não pague Frete. Reforme seu trator em Uberlândia. Na oficina especializada em tratores de Rubens Magnino. Veja a facilidade: 1 – Um caminhão próprio irá buscar o seu trator, onde estiver sem despesas com frete. 2 – Uma equipe altamente especializada dará em seu trator uma reforma de primeira com um acabamento que só Rubem Magnino faz. 3 – Após reformado, o trator será entregue novamente na fazenda, sem nenhuma despesa de frete (somente trator de pneu). Para isto basta comunicar com RUMAG.³⁴

³⁴ ANÚNCIO COMERCIAL. *Tribuna de Minas*. Uberlândia, 25 jun. 1970.

A criação e o estabelecimento de empresas ou organizações econômicas atentas às necessidades surgidas no campo com o advento da mecanização denota que já existia no município, nesse período um montante considerável de máquinas, pois se em 1970 os jornais trazem anúncios de serviços de reformas, podemos considerar que o uso de tratores e equipamentos mecânicos na região precede em alguns anos, a data de publicação dessas propagandas, na medida em que entendemos algo que necessite de reforma, já foi amplamente usado, ainda mais se tratando de bens de consumo duráveis, como as máquinas e implementos mecânicos utilizados na agricultura.

Em relação ao problema do êxodo rural, não são numerosas as matérias dos jornais locais que abordam a questão, todavia, encontramos um comentário jornal *Tribuna de Minas* onde são feitas as seguintes considerações:

Não tendo condições de galgar outros degraus da concentração social, o camponês é forçado a se deslocar de um lugar para a procura de trabalho. A distribuição defeituosa da propriedade fundiária é a origem do mal. O alto grau da concentração impede a formação de uma classe média [...]³⁵

A opinião expressa no jornal está relacionada a um comentário sobre o mesmo tema de um importante político do período, publicado na mesma página, antecedendo o texto acima citado.

Procedendo à análise de dados estatísticos, notamos que o fluxo migratório no município de Uberlândia se eleva bastante entre os anos de 1960 até 1980. Os números referentes à pesquisa do Censo Demográfico e do Anuário Estatístico de Minas Gerais, que consideram a população Residente, por situação de domicílio na micro-região de Uberlândia,

³⁵ ÊXODO RURAL. *Tribuna de Minas*. Uberlândia, 09 dez. 1977, p. 06.

apontam um notável contraste entre a população urbana e rural, fato que nos leva a perceber essa diferença e a interpretá-la com um possível aumento na intensidade do êxodo rural. De acordo com os dados pesquisados os números indicam a seguinte discrepância: Em 1960 a população total da micro região era de 305.158 pessoas divididas da seguinte forma 165.890 na área urbana e 139.268 pessoas no perímetro rural, em 1970 temos respectivamente 253.873 pessoas nas cidades e 115.934 no campo, compondo um total 369.807 habitantes, no ano de 1980 a diferença aumenta sensivelmente, a população total atinge 503.464 habitantes dos quais 435.548 tendo seus domicílios na cidade e 65.916 habitando na zona rural.³⁶

Os números permitem observar uma significativa transformação no coeficiente populacional campo-cidade, estabelecida nessa região no período de vinte anos que separa o ano 1960 onde começamos a notar a mudança no quadro populacional, do ano de 1980, onde essa mudança é explicitamente demonstrada.

O movimento migratório é sensivelmente estimulado a partir dos anos 60, momento em que a urbanização e a industrialização fornecem um incontestável fomento ao êxodo, aliados evidentemente à crescente dos meios produtivos no meio rural. Encontramos indícios bastante verossímeis, que oferecem salutar contribuição para legitimidade dos argumentos que apresentamos no intuito de demonstrar que a região de Uberlândia apresenta números muito expressivos no que se refere à evasão populacional, o que nos possibilita acreditar que o êxodo rural no município e em suas adjacências, não é um dado meramente estatístico e de pouca relevância. Muito pelo contrário, percebemos que o movimento migratório manifestado nessa região é um fenômeno que assume matrizes sociais políticas e econômicas de extrema importância, projetado claramente os reflexos da transformação de uma conjuntura que podem ser percebidas em nível nacional Ainda a respeito das transformações consolidadas na

³⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA Departamento de Economia. 1985.

região do Triângulo Mineiro, incluindo obviamente o município de Uberlândia o autor Sampaio em estudo sobre as migrações internas no Triângulo Mineiro. faz as seguintes constatações.

A produção rural na região em estudo já apresentava nos anos 50 um grau relativamente avançado de mecanização. A estrutura agrária caracteriza-se por grandes propriedades rurais dedicadas, via de regra à pecuária e/ou à agricultura de cereais. Na década seguinte a mecanização da exploração rural aumentou bem como, segundo dados censitários brutos, a evasão de pessoas do campo.³⁷

O movimento de transferência populacional promove significativas transformações na dinâmica social e econômica na região do Triângulo Mineiro, algumas cidades como Uberlândia, Uberaba e Ituiutaba, tornam-se centros de concentração populacional as atividades de ocupação econômica apresentam um considerável índice de crescimento, sobretudo nas áreas urbanas de Uberlândia assume extrema importância no Contexto agrícola nacional tornando-se um polo do agro-negócio no Brasil. Apesar da evasão populacional caracterizada no âmbito rural, a produtividade na agricultura e na agropecuária apresentam um contínuo crescimento a partir dos anos 80. O setor agro-industrial destaca-se nas áreas de beneficiamento de alimentos e produção de insumos com a instalação permanência e desenvolvimento de empresas que passaram a atuar internamente nessas áreas. A expansão e evolução da agropecuária e também eminente demonstrando crescimento e aperfeiçoamento em muitas atividades, como a produção de carne, leite e derivados, criação de animais entre outros. Em agosto de 1982 é inaugurado em Uberlândia O CAMARU (Centro de Amostras e Aprendizagem Rural de Uberlândia), atualmente considerado o segundo maior porque exposição e feiras agropecuárias do Brasil, "a cidade foi eleita capital do agro-negócio e

³⁷ SAMPAIO, 1985.

considerada pelo Banco Mundial como um modelo para a América Latina (...) também é considerado um dos maiores centros de biotecnologia do Brasil".³⁸

Um conjunto de transformações e expressamente manifestado na conjuntura do agrom nacional no Brasil a partir dos anos 70, marcando definitivamente a inserção e permanência dos recursos modernos técnicos e permanência dos recursos modernas técnicos e a consolidação de uma estrutura produtiva onde a necessidade da presença humana é cada vez menor. No decurso desse processo o pequeno produtor é gradualmente marginalizado impossibilitado de acompanhar a revolução delineada ao seu redor, sendo compulsivamente expulso de seu espaço característico. As ressonâncias desse processo são bastante perceptíveis na região de Uberlândia, com tentamos demasiadamente demonstrar ao longo deste capítulo esperamos ter conseguido esboça-las ao menos em seus traços gerais.

³⁸ INFORMATIVO do Sindicato Rural de Uberlândia: Ano III nº 31. Uberlândia agosto de 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração desse trabalho empenhamos nossos esforços para realizar uma discussão que, minimamente, conseguisse abranger algumas das múltiplas facetas que envolvem a questão agrícola no Brasil. Procuramos, através de breve análise, demonstrar as bases sobre as quais se consolidou o projeto de modernização do agro-nacional, analisando as principais diretrizes que nortearam o processo de modernização de nossa agricultura e propiciaram, ao mesmo tempo, significativas transformações, tanto no âmbito rural, como também nas áreas urbanas. Evidentemente, temos o bom senso em reconhecer que as análises aqui desenvolvidas, no que diz respeito a estes temas gerais, apresentou uma discussão limitada, originária de reflexões sumárias. Sabemos que questões relativas à transformação do espaço urbano, aos efeitos da industrialização e urbanização são demasiadamente extensas e complexas a se quer de longe tivemos a pretensão de analisá-las detalhadamente. As reflexões que tecemos a esse respeito, almejam situar e contextualizar nosso objeto de pesquisa.

Percebemos no decurso da pesquisa, que os governos militares, a partir da década de 1960, foram em grande medida, os responsáveis pela elaboração e execução do projeto de modernização e desenvolvimento da economia nacional.

Analisamos que, no interior dessa economia, o papel da agricultura é imprescindível e por isso a política de desenvolvimento econômico reserva importante espaço para o estabelecimento de metas e planos que configurariam na modernização da atividade produtiva rural e na conseqüente mecanização das práticas agrícolas.

No interior da política de modernização da agricultura, constatamos que o crédito rural tornou-se o principal instrumento do governo na viabilização da expansão dos recursos modernos entre os produtores rurais. O crédito rural, criado sob a égide do governo, com o *slogan* de proteger e apoiar os pequenos produtores, acabou tornando-se um importante meio de beneficiamento dos grandes produtores que dispunham prodigamente dos recursos financeiros oferecidos pelo governo. A falta de uma política normativa de controle dos empréstimos realizados permitiu que muitos produtores, no uso da flexibilidade que os financiamentos lhes facultava, pudessem investir o capital tornado em empréstimo a juros bem inferiores às taxas de mercado, novamente em aplicações financeiras altamente lucrativas, que permitam aos produtores ou proprietários rurais, no final do investimento, quitar todas as obrigações do empréstimo e ainda, obter lucros exorbitantes. São também notórios casos em que as verbas disponibilizadas pelo crédito rural, foram parcialmente utilizadas na aquisição de insumos e equipamentos técnicos modernos, ou ainda, nem mesmo utilizada para este fim, servindo aos propósitos dos grandes proprietários em realizar novas aquisições de terras, automóveis e imóveis urbanos a seu bel-prazer.

A partir da década de 1960, podemos observar um progressivo e contínuo aumento nos índices de modernização agrícola, o que permitiu a avassaladora inserção capitalista no contexto da agricultura brasileira. O desenvolvimento do setor agro-industrial e a efetivação dos chamados agronegócios marcam a definitiva consolidação do capitalismo na estrutura agrícola. Atualmente, podemos perceber a expansão pelo campo de novas formas de exploração capitalista, voltadas para o setor de lazer, turismo, criação de animais silvestres, cultivo de plantas exóticas, atividades não necessariamente vinculadas ao processo produtivo

com alta escala. É evidente o crescimento de processo que Silva (1999) chama de “a evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro.”³⁹

A gradual substituição do homem pela máquina fomentou consideravelmente o movimento de migração para as cidades, realizado pelos trabalhadores dispensados das atividades do campo. Obviamente observamos que o êxodo rural não é exclusivamente um efeito do processo modernizador, a mecanização no meio rural não é unanimemente a única responsável pela evasão populacional ocorrida a partir dos anos 60. Entretanto, consideramos que a efetivação da política modernizadora fornece razoáveis impulsos ao processo migratório e intensifica muito o êxodo rural. Ao analisar os dados censitários, referentes à região do município de Uberlândia, foi possível percebermos que o decréscimo populacional acompanha em medida inversa o aumento nos índices de mecanização e esses dados não são diferentes se observados em escala nacional.

Outro ponto de fundamental importância é salientarmos que a modernização da agricultura ocorreu, de forma seletiva, onde algumas regiões foram privilegiadas em detrimento de outras. Em contrapartida, o projeto de modernização é uma constante nas principais regiões produtivas do país.

Em recente publicação, o jornal *Correio* aponta que a agroindústria é um dos setores de maior crescimento na economia no primeiro semestre de 2002, o índice de crescimento atinge 8,3%, muito superior ao da indústria em geral, que é de 0,1%. A expansão dos produtos derivados da agricultura (ou produtos processados a partir da produção agrícola) teve aumento de 6,7%. O aumento na utilização de insumos atingiu 19%, os derivados da pecuária 5,8%,

³⁹ SILVA. 1999.

adubos e fertilizantes somam aumento de 27,6% e máquinas e equipamentos agrícolas 11,1%. As indústrias de derivados e processamento de carnes também apresentam relativo crescimento na primeira metade do ano.⁴⁰

O crescimento de novas atividades no meio agrícola modificou bastante a dinâmica social existente no campo, novas relações sociais foram estabelecidas e novos atores sociais ocupam espaço no meio rural da atualidade. Atualmente, é muito comum, pessoas bem sucedidas economicamente buscarem a tranquilidade e a calma da zona rural, evadindo das cidades. Contudo, convém ressaltar que essas pessoas mantêm nas cidades suas principais fontes de renda e buscam o campo somente para moradia e lazer e se chegam a desenvolver alguma atividade com fins lucrativos, geralmente ela está associada a esses segmentos (podemos citar como exemplos, os hotéis-fazendas, os haras e as pousadas). Na maioria das vezes essas atividades são subsidiárias e desenvolvidas por pessoas que já lograram alcançar estabilidade financeira e remetem seus lucros, ou parte deles, para pequenos investimentos na zona rural, funcionando como complemento, ou coadjuvantes de uma atividade principal. Todavia, são investimentos amparados em suportes técnicos, contribuindo para a continuidade tecnológica no espaço, muito embora não sendo em atividades eminentemente rurais.

Podemos perceber o crescimento das atividades supracitadas na região de Uberlândia, são os reflexos do 'novo rural' que se manifestam e interferem na realidade, transformando-a sensivelmente. Durante o estudo, procuramos realizar alguns apontamentos que permitissem a visualização do processo do êxodo rural estabelecido nesta região e intensificado a partir dos anos 70, atingindo um índice recorde no princípio da década de 1980. A partir dos anos 80 o movimento migratório continuou, no entanto, numa intensidade relativamente menor do que a

⁴⁰ Cf. CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Setor tem Desenvolvimento Recorde*, 18 de agosto de 2002, p.A6.

registrada nos anos precedentes. Muita coisa mudou no âmbito rural, o acesso da população rural à infra-estrutura social básica aumentou. alguns dos fatores que também influenciaram o êxodo estão hoje um pouco mais amenizados, a saber: à questão da educação no meio rural ampliou-se as possibilidades de acesso à escola, ampliou-se o contingente de eletrificação rural, as condições habitacionais e as condições básicas de saneamento foram estendidas em muitas regiões. Contudo, a população rural continua em refluxo, o legítimo homem do campo, na maioria das vezes, não consegue permanecer na zona rural, os trabalhadores rurais perdem gradativamente seus postos de trabalho e o pequeno produtor é constantemente vitimado pelas pressões econômicas e pela negligência política dos governantes. Essa conjunção de fatores não permite que aquelas pessoas, que vivem da e para a agricultura, manifestando uma verdadeira relação de proximidade e identificação com a terra, com as plantas, com as fases do ciclo produtivo natural, encontrem incentivos e viabilidade para permanecer no campo.

O Brasil possui uma área agricultável de aproximadamente 350 milhões de hectares, do ponto de vista estatístico, a população rural mantém-se 'estável' desde 1992, somando pouco mais de 20% do percentual geral. Acreditamos que esses números podem ceder espaço a uma nova realidade desde que se crie mecanismos e políticas para agricultura que forneçam apoio técnico e amparo econômico ao pequeno produtor e ao trabalhador rural. É preciso viabilizar o acesso à tecnologia moderna e à mecanização para esses produtores, procurando estabelecer uma relação de interatividade entre o homem do campo e os avanços tecnológicos, e não uma relação de exclusão onde não há espaço para os dois ao mesmo tempo. Exemplos como o da irrigação em algumas áreas do nordeste brasileiro, possibilitando a produção expressiva na área da fruticultura, elucidam singularmente essa questão, promovendo a permanência dos agricultores na zona rural e ainda gerando empregos.

No princípio da elaboração deste incipiente estudo possuíamos a pretensão de compreender o processo de modernização do agro-nacional, bem como do agro-local, buscando estabelecer suas possíveis relações com o processo de urbanização (que fez com que o Brasil ocupasse a posição de quinto país mais populoso do mundo no final do século XX) e o impulso que essas contingências históricas oferecem ao processo migratório da população rural impelida a evadir diante das transformações ocorridas no campo.

Esperamos que tenhamos, ao longo da análise, alcançando de alguma maneira nossas metas iniciais. Finalmente, acalentamos a esperança de que esse trabalho possa oferecer alguma contribuição social e que estimule a elaboração de novas pesquisas, instigando futuros pesquisadores a aprofundar as reflexões aqui elaboradas, bem como a formular outras versões para aprimorar a explicação dos fatos apresentados.

E, por fim, almejamos pretensiosamente que essa pesquisa, de ínfimos horizontes, torne-se um pequeno degrau na escada de estudos que buscam analisar e discutir os problemas relacionados à agricultura, contribuindo para a efetiva busca de possíveis soluções para esses inúmeros problemas que afligem o setor rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARGO, J. F. de. **A Cidade e o Campo; Êxodo Rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.
- CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: USP, 1980.
- D'INCÃO, M. C. **O Bóia Fria Acumulação e Miséria**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, A.B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FONTANA, L. J. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998.
- GEORGE, R. A **Antropologia de Grupos Urbanos**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. de. **A Agricultura Brasileira na Década de 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Série IPEA 138).
- GONÇALVES NETO, W. Estado e Planejamento: a agricultura nos planos de Governo no Brasil (1960-1980). In: **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia: UFU, nº 10, jan./jun. 1994, pp. 81-107.
- _____, Questão da Terra e Modernização da Agricultura. In: **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia: UFU, nº 10, jan./jun. 1994, pp. 81-108.
- _____, **Estado e Agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GUSMÃO, R. P. et. al. **Região do Cerrado. Uma caracterização do desenvolvimento do espaço rural**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- LOBATO, H. **O Rural no Jornal: a modernização da agricultura em Uberlândia-MG, 1966-1967**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Uberlândia, 1996.
- MARTINS, J.de S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneiro, 1975.
- _____, **O Cativo da Terra**. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- _____, **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- MENDONÇA, S. R. de. Grande Propriedade, Grande Proprietários, Velhas Questões, Novas Abordagens (1890-1930) In: **Revista História & Perspectivas**. Uberlândia: UFU, N.º 10 jan./jun. 1994. pp. 31-44.

MICHELOTO, A. R. **Trabalho Volante e Reprodução Capitalista: estudo sobre os bóias-frias de Tupaciguara, MG**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Piracicaba, 1980.

MIRANDA, L. L. de. **A Política de Crédito Rural nos anos 70: modernização e mudanças nos agros-nacional regional e local, na abordagem dos jornais de Uberlândia**. 1970. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.

MUNHOZ, D. G. **Economia Agrícola. Agricultura, uma defesa dos subsídios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

NÓBREGA, M. F. da. **Desafios da Política Agrícola**. São Paulo: Gazeta Mercantil / CNPq, 1985.

OLIVEM, R. G. **A Antropologia de Grupos Urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1987.

PESSOA, V. L. S. **Características da Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Rural em Uberlândia**. Rio Claro: UNESP, 1982.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

SADER, E.; GARCIA, M. A. **Do Populismo ao Militarismo, Um Rumor de Botas: militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Pólis, 1982.

SAMPAIO, R. C. **Migrações Internas no Triângulo Mineiro: análise demográfica e econômica, 1960-1970**. Dissertação (Mestrado em Economia). Belo Horizonte: UFMG, 1985.

SANTOS, J. V. T. dos. Efeitos Sociais da Modernização na Agricultura, In: **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia: UFU, nº 10, jan./jun. 1994, pp. 45-57.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 3ª ed. São Paula: HUCITEC, 1984.

SILVA, J. G. da. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980 (Col. Primeiros Passos).

SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.

SZMRECSANYI, T.; RAMOS, P. O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira. In: **Revista História & Perspectivas**. Uberlândia: UFU, N.º 10, jan./jun. 1994. pp. 59-80.

SZMRECSANYI, T. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.